

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO
DE XANXERÊ – 1960 A 1990.**

Marta Fátima Frozza de Matos

Florianópolis, fevereiro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO
DE XANXERÊ – 1960 A 1990.

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Marta Fátima Frozza de Matos

Orientador: Prof^o. Renato Francisco Lebarbenchon

Área de pesquisa: Economia Regional

Palavras – Chaves: 1. Evolução histórica

2. Desenvolvimento

3. Xanxerê

Florianópolis, fevereiro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota _____ para a aluna Marta Fátima Frozza de Matos na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Renato Francisco Lebarbenchon
Orientador

Prof.
Membro

Prof.
Membro

AGRADECIMENTOS

Dedico este espaço a todos aqueles que me incentivaram, ajudaram e orientaram durante este processo de crescimento e de busca pelo conhecimento.

Agradeço a minha família, mas principalmente ao meu amigo, companheiro e esposo Rudimar, que sempre esteve ao meu lado, sem a presença dele este trabalho não seria possível. Não posso esquecer do nosso filho Rafael, a quem quero pedir desculpas pelas muitas ausências.

Não posso esquecer dos meus colegas de trabalho, Márcio e Gilvana, que sempre seguraram a barra durante as minhas ausências, me incentivando a nunca desistir. Meu muito obrigado.

Aos muitos amigos que fiz durante a faculdade, mas muitos são especiais como a Sandrinha e a Eliane... agora a festa sai.

A minha grande amiga Alessandra, obrigada pelas conversas, pelas dicas, pelos momentos juntas... não consigo mais escrever, estou emocionada...muito obrigada pela sua amizade.

A todos os professores que dividiram comigo o seu conhecimento, muitos ensinamentos se estenderão além da vida acadêmica.

Ao meu orientador Professor Renato Francisco Lebarbenchon pela dedicação e interesse que sempre demonstrou durante o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

MATOS, Marta Fátima Frozza de. Evolução histórica e econômica do município de Xanxerê – 1960 a 1990. 2007. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

Orientador: Renato Francisco Lebarbenchon

O objetivo geral deste estudo é analisar quais são os principais condicionantes que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento do município de Xanxerê no período de 1960 a 1990. Para tanto, analisou-se a importância do conceito de regionalização e as teorias de desenvolvimento e desenvolvimento regional, em virtude da estrutura geoeconômica de Santa Catarina, com a predominância das divisões regionais e a economia girando em torno de uma capital regional. Verificaram-se também os aspectos históricos do Estado de Santa Catarina, da Região Oeste e como consequência também do município de Xanxerê. Efetuou-se a coleta de dados censitários de Xanxerê e também alguns dados da sua Microrregião para população, agropecuária, indústria, comércio e serviços. Durante a sua evolução histórica e econômica, o município foi despontando como destaque dentro de sua microrregião e também no estado. Apresentou várias mudanças na sua estrutura principalmente no setor primário e secundário. Seu desenvolvimento acompanhou a microrregião, mas com algumas particularidades, que fizeram com que Xanxerê fosse considerado município pólo dentro do seu contexto microrregional.

LISTA DE ANEXOS E FIGURAS

ANEXOS

| | |
|--|----|
| FIGURA A: Vista parcial do centro do município na emancipação em 1954..... | 85 |
| FIGURA B: Prefeitura Municipal em 1958..... | 85 |
| FIGURA C: Vista do centro do município em 1959..... | 86 |
| FIGURA D: Vista parcial do município e 1986..... | 86 |
| FIGURA E: Praça central nos dias atuais..... | 87 |
| FIGURA F: Centro do município nos dias atuais..... | 87 |
| FIGURA G: Igreja Matriz..... | 87 |

FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 1: Mapa da colonização do litoral..... | 36 |
| FIGURA 2: Vista parcial de Xanxerê em 1963..... | 42 |
| FIGURA 3: Vista parcial de Xanxerê em 1970..... | 42 |
| FIGURA 4: Mapa das Meso-regiões de Santa Catarina (IBGE)..... | 44 |
| FIGURA 5: Mapa das Associações de Municípios de Santa Catarina..... | 44 |
| FIGURA 6: Mapa da Microrregião de Xanxerê..... | 45 |
| FIGURA 7: Perímetro urbano de Xanxerê em meados de 1960..... | 56 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1: Evolução da distribuição da população segundo a situação de domicílio – Microrregião de Xanxerê e o Município de Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1991..... | 48 |
| TABELA 2: Taxa média de crescimento anual da população - Microrregião de Xanxerê e o Município de Xanxerê de 1960/1970, 1970/1980, 1980/1991..... | 49 |
| TABELA 3: População Economicamente Ativa da Microrregião de Xanxerê e Xanxerê – 1960, 1970, 1980, 1991..... | 52 |
| TABELA 4: Taxa média de crescimento anual da população economicamente ativa da Microrregião de Xanxerê e Xanxerê nos períodos de 1960/1970, 1970/1980 e 1980/1991..... | 53 |
| TABELA 5: População Total e População Economicamente Ativa da Microrregião de Xanxerê e Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1991..... | 54 |
| TABELA 6: Estrutura fundiária de Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1985..... | 57 |
| TABELA 7: Utilização das terras agrícolas em Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1985..... | 58 |
| TABELA 8: Estrutura fundiária da Microrregião de Xanxerê – 1960 e 1985..... | 59 |
| TABELA 9: Estrutura fundiária e relação de mecanização de Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1985..... | 59 |
| TABELA 10: Produção agrícola e valor da produção em R\$ dos principais produtos do município de Xanxerê – 1975, 1980, 1985 e 1990..... | 60 |
| TABELA 11: Produção pecuária e valor da produção em R\$ dos principais produtos do município de Xanxerê – 1975, 1980 e 1985..... | 61 |
| TABELA 12: Participação no valor da produção (V.P.) – 1970 e 1980..... | 62 |
| TABELA 13: Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos setores industriais do município de Xanxerê – 1960, 1970 e 1980..... | 64 |
| TABELA 14: Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos setores industriais da Microrregião de Xanxerê – 1960, 1970 e 1980..... | 67 |
| TABELA 15: Valor da Produção (VP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) do Setor Secundário do município de Xanxerê – 1970 e 1980..... | 69 |
| TABELA 16: Valor da Produção (VP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) do Setor Secundário da Microrregião de Xanxerê – 1970 e 1980..... | 70 |
| TABELA 17: Número de estabelecimentos e pessoal ocupado no setor terciário da Microrregião de Xanxerê e Município de Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1985..... | 72 |
| TABELA 18: Relação entre o total de domicílios e de domicílios com iluminação elétrica no município de Xanxerê no período de 1960, 1970, 1980 e 1991..... | 74 |
| TABELA 19: Relação entre o total de domicílios e de domicílios com água da rede geral no município de Xanxerê no período de 1960, 1970, 1980 e 1991..... | 75 |
| TABELA 20: Número de domicílios com telefone em 1980,1989 e 1991..... | 77 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 08 |
| <i>1.1 O problema de pesquisa e sua relevância (Problemática).....</i> | 08 |
| <i>1.2 Objetivos.....</i> | 10 |
| 1.2.1 Objetivo Geral..... | 10 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos..... | 10 |
| <i>1.3 Metodologia.....</i> | 10 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 12 |
| <i>2.1 Introdução.....</i> | 12 |
| <i>2.2 A regionalização.....</i> | 12 |
| <i>2.3 Teorias do desenvolvimento.....</i> | 15 |
| 2.3.1 Considerações gerais..... | 15 |
| 2.3.2 Teoria Schumpeteriana..... | 18 |
| 2.3.3 Teoria Cepalina..... | 20 |
| <i>2.4 Teorias do desenvolvimento regional.....</i> | 22 |
| 2.4.1 Pólos de crescimento e pólos de desenvolvimento..... | 22 |
| 2.4.2 Base de Exportação..... | 26 |
| 2.4.3 Arranjos Produtivos Locais..... | 30 |
| 3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO..... | 33 |
| <i>3.1 Santa Catarina.....</i> | 33 |
| <i>3.2 Oeste Catarinense.....</i> | 38 |
| <i>3.3 Município de Xanxerê.....</i> | 40 |
| 4 TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DE XANXERÊ..... | 43 |
| <i>4.1 Aspectos demográficos.....</i> | 46 |
| 4.1.1 População rural e urbana..... | 46 |
| <i>4.2 Pessoal ocupado.....</i> | 51 |
| <i>4.3 Setores econômicos.....</i> | 55 |
| 4.3.1 Primário..... | 55 |
| 4.3.2 Secundário..... | 63 |
| 4.3.3 Terciário..... | 71 |
| <i>4.4 Aspectos de Infra-estrutura.....</i> | 74 |
| 4.4.1 Energia..... | 74 |
| 4.4.2 Água..... | 75 |
| 4.4.3 Turismo..... | 76 |
| 4.4.4 Telefonia..... | 77 |
| 4.4.5 Transportes..... | 77 |
| CONCLUSÃO..... | 79 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 81 |
| ANEXOS..... | 85 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema e apresentação do problema

A característica básica da estrutura geo-econômica em Santa Catarina é bastante conhecida, isto é, a sua compartimentação em zonas autônomas e cada uma girando em torno de uma capital regional, ou seja, uma localidade central que funciona como um centro distribuidor de bens e serviços especializados, com maior ou menor autonomia. Não acontece uma concentração geo-econômica em torno de uma metrópole privilegiada, pois cada uma dessas zonas apresenta uma determinada especialização econômica.

Devido ao processo histórico e às suas condições físicas naturais, se deu essa compartimentação em Santa Catarina, resultando em um modelo de desenvolvimento característico. Com organização espacial própria, sua rede urbana é considerada equilibrada e seu espaço rural tem estrutura minifundiária.

Grande parte do oeste catarinense foi colonizado por colonos gaúchos, descendentes dos primeiros imigrantes italianos e alemães que colonizaram a serra gaúcha (Goularti, 2002, p. 79) e estavam em busca de melhores condições de vida.

A colonização de Xanxerê comportou-se da mesma forma que o restante da região Oeste. Após conflitos e intervenções federais, um longo processo de emancipação foi iniciado pelos habitantes do município. A vila cresceu, principalmente pelo extrativismo das madeiras, que trabalhavam com pinheiros, devido aos imensos pinheirais existentes em Xanxerê e região. Foi emancipada em 30 de dezembro de 1953 e sua instalação deu-se em 27 de fevereiro de 1954.

Na língua indígena Kaingang, Xanxerê significa Campina da Cascavel. É conhecida na região como a “Capital do Milho”, cuja produtividade é destaque. A cidade é muito bem localizada devido a sua posição na BR-282, a qual encontrando-se em Lages com a BR-116, coloca este município em contato com os mercados consumidores nacionais, favorecendo também o comércio via Mercosul e gerando o interesse de vários investidores na região.

Xanxerê é o município-sede da Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai), composta por 16 municípios. Hoje possui aproximadamente 42.000 habitantes e com uma taxa de crescimento de 3,5% ao ano.

A base da economia está constituída no setor primário, principalmente no plantio do milho, soja, feijão e trigo. Também se destacam a criação de aves, suínos, bovinos e

ovinos e a apicultura. Essa região é bastante favorável a plantações, pois possui um modelo fundiário de pequenas propriedades integradas com a agroindústria, o que favorece o surgimento de pequenas indústrias e empresas prestadoras de serviços, que resulta em elevados níveis de produtividade.

Xanxerê apresenta crescimento em todos os segmentos, possui grande parque industrial, destacando-se o ramo metal-mecânico e agroindustrial, além de empresas comerciais e prestadoras de serviços, com alto índice de competitividade no mercado globalizado, servindo como referência na Região Oeste. Encontramos também uma infraestrutura turística voltada para a natureza, através de locais com vegetação de grande beleza natural.

Cada região tem uma determinada importância e função dentro do contexto estadual, e a região oeste catarinense há muito vem se destacando pelo seu poder econômico e produtivo. Existe hoje uma integração maior entre essa região e o restante do Estado, porém muito pouco se sabe sobre os municípios que a compõe.

Santa Catarina evoluiu nos últimos cinquenta anos, passando de uma economia de base agrícola para uma economia de predominância industrial e todas as regiões acompanharam essa evolução, com grande destaque para a região Oeste. Um dos municípios da região que mais se destacou foi Xanxerê. Por que e como isto ocorreu será estudado e apresentado neste trabalho.

A escolha de Xanxerê se deu, por ser um município de grande importância econômica para a região. Raríssimos são os trabalhos desenvolvidos por acadêmicos vinculados ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, em que o foco principal seja o estudo de municípios do Oeste. Este não é apenas um estudo histórico, mas também um estudo de formação econômica que poderá contribuir para futuros estudos e até mesmo para estudantes do ensino médio do próprio município, que poderão usufruir o resultado deste trabalho, adquirindo um maior conhecimento sobre sua cidade e região.

1.2 Objetivos

Querendo analisar o processo de evolução histórica e econômica do município de Xanxerê, definem-se os seguintes objetivos para a pesquisa:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar através da evolução histórica e econômica quais são as principais condicionantes que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento de Xanxerê entre 1960 e 1990.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o processo de colonização e a evolução histórica e econômica de Xanxerê;
- Analisar as transformações estruturais ocorridas no período;
- Destacar os elementos que contribuíram para o processo de crescimento e desenvolvimento do município;

1.3 Metodologia

Para a pesquisa será empregada uma metodologia analítica, exploratória e histórica. A análise a ser efetuada caracteriza-se como comparativa, já que o exame a ser feito será uma verificação do crescimento local e alguns aspectos com o regional.

Esta pesquisa também será caracterizada como exploratória, pois contribuirá para que os dados e informações encontrados possam enriquecer o assunto em questão. Será baseada no levantamento de dados bibliográficos de autores que explanam acerca do assunto referido, além de descrever os principais fatos históricos ocorridos no período em estudo. Seguido de levantamento de material bibliográfico sobre o tema da pesquisa. Este levantamento será efetuado através de bibliografias especializadas, referências técnicas, sítios eletrônicos, periódicos e institutos de pesquisa.

Depois de selecionados e analisados, os dados levantados darão suporte teórico ao presente trabalho de pesquisa.

A periodização escolhida foi em função da disponibilidade de dados e também pela falta de um estudo sobre o município neste período. Foi também um período de muitas mudanças no crescimento e desenvolvimento econômico de Santa Catarina e principalmente no município em questão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Introdução

Com base na literatura existente, este capítulo aborda as características da regionalização e busca apresentar os principais fundamentos das teorias de desenvolvimento, caracterizando as diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico.

Serão abordados, na seqüência, os conceitos de desenvolvimento através das teorias schumpeteriana e cepalina e também as teorias de desenvolvimento regional, relevantes e essenciais para o entendimento dos objetivos apontados.

2.2 A regionalização

A “região” é um conceito abstrato, cuja definição é impossível sem que se estabeleça, a “priori”, um critério de conceituação, assim, a cada critério pré-estabelecido, corresponderá uma demarcação diferente de região. Representa um espaço precisamente definido, não necessariamente coincidente com a região administrativa (LOCH, *et al*, 2000, p.04).

A consideração do que constitui uma região e de como a economia nacional pode ser subdividida em um sistema de regiões se apresenta como um fator essencial para a análise dos fenômenos econômicos regionais.

Conforme Loch, *et al* (2000), atualmente aceita-se a idéia de que as diferenciações territoriais são resultantes da integração dos aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais, que por sua vez, caracterizam uma realidade. Assim, cada área em particular, é um caso de combinação única entre fatores internos e destes com o exterior, e a competitividade de um espaço geográfico é definido justamente por esta situação, qualquer que seja o estágio de desenvolvimento em que esta área se encontre.

Existe um determinado número de abordagens diferentes à definição das regiões. Todas elas, praticamente, se reduzem a três categorias principais: regiões uniformes ou homogêneas; regiões nodais; regiões de programação e planejamento. Segundo Richardson (1975), pode-se definir:

- a) Região homogênea: baseia-se na idéia de que unidades espaciais separadas podem ser reunidas porque mostram determinadas características uniformes. Entre elas se incluem estruturas de produção semelhantes, padrões homogêneos de consumo e distribuição similar de força de trabalho.
- b) Regiões nodais ou polarizadas: a ênfase é colocada na inter-dependência dos diferentes componentes dentro da região e não nas relações inter-regionais entre regiões homogêneas. Os laços funcionais entre as unidades espaciais são limitados pelo espaço, as regiões nodais geralmente levam em conta explicitamente o fator distância demonstrado.
- c) Região de planejamento ou programação: Pode ser definida em termos de coerência e unidade no que se refere ao processo de tomada de decisões. A implementação na maioria dos casos está nas mãos dos governos.

Conforme Diniz (2001), o processo de ocupação do espaço geográfico brasileiro se fez, segundo as possibilidades de cada região encontrar a alternativa econômica que lhe permitisse inserir-se no mercado internacional, seja para atender à metrópole na fase colonial, seja na primeira etapa do país independente. Em função dessas experiências se formaram verdadeiras economias regionais no Brasil, voltadas para fora e com fraca integração nacional, a exemplo do açúcar no Nordeste, do ouro em Minas Gerais, do algodão no Maranhão, da madeira e mate no Paraná, da borracha na Amazônia, do café no Sudeste. Essas experiências seriam determinantes na configuração regional brasileira até os dias de hoje.

A geografia do mundo atual está marcada pelo processo industrial de desenvolvimento centro – periferia (dual), e esta situação começa a mudar e a reestruturar-se rapidamente com os novos processos de industrialização, associados aos avanços nos transportes, na informática e nas comunicações.

Através de uma observação do cenário mundial da perspectiva sistêmica mostra-nos que existem, na atualidade, duas tendências mundiais de produção e sistema. Um dos processos é parte do sistema de produção internacional, na qual produtos que se originam em uma área passam a outras para serem complementados ou elaborados e, posteriormente distribuídos e consumidos, possivelmente em mercado diferente. Na outra tendência estão os sistemas de produção intra-regional e local, na qual setores de produção interagem, formando cadeias produtivas com diversidade de padrões.

Estas novas condições de competitividade internacional exigem setores e regiões para desenvolverem seu potencial produtivo.

A globalização da competição permitiu que as empresas conquistassem a vantagem competitiva, independentemente da localização, pela maneira como configuram e coordenam a cadeia de valores em bases globais. No entanto, não eliminou a importância da localidade na competição (M.PORTER, 1999 *apud* De Luca, 2001, p.62)

A regionalização é um fator adicional para as vantagens competitivas na globalização e são dois processos que comportam, na atualidade, as forças ativas do desenvolvimento produtivo mundial:

- a) modernas políticas industriais baseadas em inovações e em promoção de tecnologia integrada;
- b) desenvolvimento de conglomerados industriais, que regionalmente, demonstram mais eficiência.

A abordagem sistêmica ajuda a compreender e a racionalizar os novos critérios de concorrência mundial e também a orientar as estratégias, no plano regional e local, onde o setor industrial se encontra inserido.

O processo de planejamento em nível regional e local pode ser interpretado, em princípio, como um planejamento econômico, em oposição ao planejamento físico geográfico orientado ao uso dos espaços e do solo.

Para poder avaliar a competitividade, orientar seu desenvolvimento e descrever o sistema econômico regional faz-se necessário o uso de ferramentas. Existem duas linhas principais na análise econômica para realizar este meta: teorias territoriais e teorias de crescimento econômico.

As teorias territoriais estão preocupadas com problemas, em nível micro, com padrões de atividades econômicas de empresas individuais, e, em nível macro, com fatores que determinam como esta atividade econômica foi capaz de desenvolver-se sobre um determinado espaço físico.

As teorias de crescimento estão preocupadas com os aspectos dinâmicos, que levam algumas das regiões da economia a crescerem, enquanto que outras ficam estagnadas ou desaparecem do circuito produtivo nacional e mundial.

A regionalização é uma condição relevante para proceder processos, com o intuito de interagir fatores para otimizar o desenvolvimento, nas sociedades contemporâneas. Logo, a regionalização a partir da menor célula, o município, adquire um papel privilegiado para definir políticas públicas, sob uma nova ótica, que considera o meio rural, não mais, como sinônimo de problemas, mas, numa perspectiva de fornecer soluções para o setor urbano (LOCH, *et al*, 2000, p.16).

As regiões possuem realidades diferentes, portanto, receitas comuns não são recomendadas, assim faz-se necessário identificar novos desenhos de unidades territoriais regionais, para que os planos e ações de diferentes órgãos se integrem para promover o processo de desenvolvimento integrado regional.

2.3 Teorias do Desenvolvimento

2.3.1 Considerações gerais

As teorias de desenvolvimento econômico procuram analisar de que forma se dá este processo, o que o provoca, bem como investigam sua tendência com relação ao futuro.

O estudo do desenvolvimento econômico ficou mais ressaltado a partir das flutuações econômicas do século XIX e com a concentração de renda e da riqueza, por alguns poucos países industrializados, que tornou mais visível a desigualdade entre nações ricas e pobres.

Os primeiros estudos sobre o desenvolvimento econômico tinham como prática, para a determinação do grau de desenvolvimento de um determinado país, comparar seu produto real e a renda *per capita* com os de outros países plenamente desenvolvidos. Era um uso universalmente aceito, porém a simplicidade desse método impunha sérias limitações às análises, por isso esse foi sendo gradativamente abandonado. As teorias atuais descrevem que o desenvolvimento é um processo social global (econômico, político, social e ambiental).

Alguns economistas acreditam que o desenvolvimento implica em mudanças nas estruturas sociais, econômicas e políticas, com aumento da produtividade e da renda médias dos agentes envolvidos no processo produtivo.

No processo de desenvolvimento, assim definido, já se acham implícitos os fenômenos sócio-econômicos que necessariamente o acompanham: transferência de grandes massas da população do campo para as cidades, constituição de um parque industrial mais ou menos amplo, aumento da produtividade do trabalho, melhoria do padrão de vida tanto da população urbana como da rural, elevação do seu nível cultural, etc (SINGER, 1982, p.38).

Ao se analisar o desenvolvimento regional a partir do crescimento econômico, precisa-se ter em mente que desenvolvimento abrange muitas variáveis, as quais não se enquadram em análises de crescimento econômico.

O crescimento econômico apresenta-se como uma questão central no debate de política econômica. Em 1911, com a obra 'Teoria do Desenvolvimento Econômico', Joseph Schumpeter diferencia desenvolvimento e crescimento, o qual é muito importante para análises econômicas, devido às variáveis que abrangem.

Segundo Souza (1999) não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento.

Na literatura sobre desenvolvimento e crescimento econômico ressaltam-se duas correntes:

- 1ª Corrente: Autores de inspiração mais teórica, que consideram crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Afirmam que nos países subdesenvolvidos a economia se expande abaixo de suas possibilidades por uma má alocação dos fatores de produção disponíveis. Os modelos com este enfoque vêem todos os países com os mesmos problemas. Encontra-se nesta corrente, modelos de crescimento de tradição neoclássica (Meade, Solow), e de influência keynesiana (Harrod, Domar, Kaldor).
- 2ª Corrente: Autores mais voltados para a realidade empírica, que consideram o crescimento indispensável para o alcance do desenvolvimento, mas não suficiente para isto.

A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Nesse sentido desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população (SOUZA, 1999, p.21).

Pode-se encontrar nesta corrente, economistas como R. Nurkse, G. Myrdal, A. Lewis e A. Hirschman, onde seus modelos aproximaram-se da realidade dos países

subdesenvolvidos, e, também R. Prebisch, C. Furtado, P. Singer, que são autores de orientação crítica, além de autores de tradição marxista e cepalina. Sob esta ótica se traduzem mudanças nas estruturas sociais, políticas, econômicas, institucionais, melhorando a renda média e a produtividade.

Sandroni através de seu conceito consegue resumir as idéias da corrente dos pensadores desenvolvimentistas: “Desenvolvimento Econômico (é) o crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”, (Sandroni, 1994, p.95).

Souza define desenvolvimento econômico na mesma linha de pensamento:

Desenvolvimento econômico define-se (...) pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria dos indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando no fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade (SOUZA, 1999, p.22).

Acredita-se que o crescimento da economia é a base onde se estabelece o desenvolvimento econômico. Assim o crescimento melhoraria a renda e a distribuiria aos proprietários dos fatores de produção, dando reflexos na melhoria dos padrões de vida e no desenvolvimento econômico. Para que a economia evolua no sentido do desenvolvimento os frutos da expansão deveriam ser distribuídos de maneira uniforme evitando os efeitos perversos, que seriam:

- a) transferência de excedente para outros países;
- b) aumento da concentração de renda;
- c) salários básicos muito baixos;
- d) não crescimento das empresas locais devido ao pequeno dinamismo do mercado interno;
- e) dificuldade de diversificação da estrutura industrial.

O crescimento promove dinamismo econômico e considerável progresso social, porém, para evitar o aumento das vulnerabilidades locais/regionais e os desequilíbrios e as assimetrias que no futuro poderão gerar tensões e rupturas no equilíbrio social, é necessário que haja orientação qualitativa do desenvolvimento, com isso poderá impedir que se quebre a sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Para Furtado (1979 *apud* Fausta, 2000, p.7), o desenvolvimento tem lugar mediante o aumento de produtividade no conjunto econômico, apesar desse aumento de produtividade ocorrer em setores particulares. Explica, ainda que as modificações na estrutura são transformações nas relações internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica, modificações na distribuição e utilização da renda.

Em Haddad (1975), uma das principais características do processo de desenvolvimento brasileiro, em meados da década de 70, foi o aumento da centralização e controle dos instrumentos de formulação de políticas econômicas de curto e longo prazo pelo Governo Federal. Todos os objetivos e metas para o desenvolvimento global eram fixados pelo Governo Federal. Muitos governos estaduais, porém através de programas e projetos tinham como objetivo único acelerar o ritmo de crescimento de sua renda *per capita*, entretanto para que uma economia se desenvolva não basta apenas que a sua renda *per capita* cresça a um ritmo muito elevado. Outros elementos precisam ser analisados.

É preciso questionar se este crescimento não se processa através de condições desfavoráveis para atingir níveis adequados de emprego e de distribuição, ou, até mesmo, sem a formulação de políticas de utilização de recursos naturais e de equilíbrio ecológico que respeitem os interesses nacionais. Para desconcentrar os benefícios de crescimento regional em favor de grupos sociais mais amplos é necessário que os problemas de equidade sejam explicitados como objetivos *per se* do processo de desenvolvimento (HADDAD, 1975, p.10).

Esta atitude sugere que as alternativas de desenvolvimento deverão oscilar de maneira que combinem, respectivamente, metas para o crescimento com metas para o nível de emprego e a distribuição de renda, o que pode levar a alterações do próprio estilo de desenvolvimento regional.

2.3.2 Teoria Schumpeteriana

Desenvolvimento econômico é definido segundo a teoria schumpeteriana como, uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente (SCHUMPETER, 1982, p.47).

Segundo Luzzi (2002), Schumpeter associa o desenvolvimento econômico à mudança, ao rompimento de determinada situação, ao rompimento do equilíbrio. No período do desequilíbrio, vão ocorrer as mudanças e estas causam um impacto no contexto

econômico, tanto comercial como industrial, trazendo assim, impacto na produção. As mudanças estão relacionadas ao desenvolvimento de novas combinações que impulsionam o desenvolvimento da sociedade, é a criação de um novo.

As estratégias para o desenvolvimento devem levar em consideração:

- a) garantia de sustentabilidade;
- b) visão de longo prazo;
- c) descentralização e participação social.

As estratégias adotadas para geração do desenvolvimento são de extrema importância. Autoridades, população, empresas e empresários devem estar comprometidos com tal política. Esse processo é endógeno ao sistema econômico, ele requer mudanças na vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por seu próprio empreendimento.

Mudanças revolucionárias, que modificam de uma vez por todas a situação anterior resultam no desenvolvimento, ou seja, só existe o desenvolvimento quando ocorrem mudanças que causam desequilíbrio na economia e alteram o fluxo circular original, alternando períodos de expansão com períodos de depressão. A economia passa por breves e instáveis equilíbrios e fica desequilibrada por longo tempo, quando retorna ao equilíbrio atinge um nível mais elevado. Quando surgem as mudanças, estas acontecem no campo da produção e não na do consumo. São os produtores que exercem mudanças relevantes, os consumidores passam a ser induzidos a consumir os novos produtos lançados no mercado.

Para Schumpeter (1982), o dinamismo da economia deriva da ação do empresário inovador, que põe em prática novos processos de produção, gera novos produtos e abre novos mercados. Essas inovações tecnológicas, obra de empresários inovadores, são financiadas pelo crédito bancário. O processo produtivo deixa de ser rotineiro e passa a existir lucro extraordinário. Já no fluxo circular, não existindo inovação, não há necessidade de crédito, nem de empresário inovador. Por consequência, os lucros são normais e os preços aproximam-se aos de concorrência perfeita. Em resumo:

O desenvolvimento econômico, segundo Schumpeter, traduz-se por mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas do fluxo circular, alterando sua estrutura e as condições do equilíbrio original. Aumenta a disponibilidade de bens *per capita*, em razão da maior taxa de crescimento da produção em relação à população. Melhora a qualidade dos produtos e dos serviços, assim como a renda média dos indivíduos. Isso ocorre pela expansão do volume dos negócios, pelas inovações e pela disputa por fatores de produção por parte dos empresários (SOUZA, 1999, p.195).

Nessa teoria, o empresário não é nem capitalista e nem proprietário de meios de produção, é um inovador, aquele que tem o projeto e que para executá-lo necessita contar com a colaboração de mais dois agentes, esses no processo de desenvolvimento são de fundamental importância, que são: o banqueiro e o proprietário dos meios de produção. O banqueiro fornece os meios de pagamento com os quais o empresário pode adquirir os insumos. O proprietário dos meios de produção cede a terra, máquinas, equipamentos e outros (que são os meios de produção).

Com relação ao crédito, segundo Souza (1999) temos que: concedendo crédito, o banqueiro permite ao empresário adotar novas combinações e gerar lucros. A geração de lucro puro estimula novos investimentos, dando margem ao surgimento de novas fontes de lucro.

2.3.3 Teoria Cepalina

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), foi criada pelas Nações Unidas, logo após a Segunda Guerra Mundial e tinha como objetivo realizar estudos visando o desenvolvimento da região.

Tendo como base somente a versão ricardiana do crescimento econômico e instrumental keynesiano da análise macroeconômica, os economistas cepalinos não tinham outras ferramentas de análise, além das abordagens empíricas.

Dentro desse contexto, durante um seminário promovido pela CEPAL, o presidente do Banco Central da Argentina, Raul Prebisch, apresentou uma nova abordagem analítica, que passou a ser o catecismo dos economistas da CEPAL.

O princípio da análise de Prebisch foi a crítica à teoria das vantagens comparativas, onde os países deveriam especializar-se na produção daqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo. Assim, a América Latina produziria alimentos e matérias-primas para a exportação e importaria produtos manufaturados.

Assim, era pressuposto que as inovações tecnológicas criadas nos países industrializados incorporadas nos produtos importados pelos países subdesenvolvidos, se difundissem, nestes, através de menores preços dos produtos manufaturados. O aumento da demanda por matérias-primas em consequência do crescimento da renda nos países industrializados elevaria os preços das matérias-primas. Essa melhoria nos termos de

intercâmbio, favorável aos exploradores de produtos primários, era considerada condição básica para o desenvolvimento desses países, mesmo sem industrialização (Fausta, 2000).

Entretanto, um estudo de Prebisch, de 1948, confirmou o que os economistas latino-americanos já haviam percebido, o enfraquecimento do poder de compra das exportações da América Latina, agravava os principais problemas da região. Seu estudo examinou a evolução dos preços de produtos agrícolas e industriais, durante um período de 65 anos. Sua constatação foi de que existia uma tendência nítida para a deterioração das relações de troca, contra os países subdesenvolvidos: houve uma queda da relação preços agrícolas/preços industriais, onde passa de igual unidade em 1880 a 0,687 em 1945.

A CEPAL contrapôs abertamente a teoria das vantagens comparativas e a inserção internacional das economias latino americanas. Se fossem mantidas as condições de imediato pós-guerra, estas economias estariam condenadas a uma situação permanente de atraso.

Embora possa ser criticado o trabalho clássico de Prebisch, sobre a teoria da deterioração das relações de troca contra os países subdesenvolvidos, conclui-se que esses países não poderiam gerar tecnologia sofisticada, e desenvolver-se, produzindo apenas produtos primários. Constitui prova disso a própria crítica à conclusão de Prebisch, segundo a qual os preços industriais sobem mais rapidamente do que os preços dos produtos primários, porque se transformam e se diversificam, incorporando novas tecnologias (SOUZA, 1999, p.233).

Duras críticas foram feitas a esse padrão de desenvolvimento, o que levou Prebisch a propor a industrialização como forma de desenvolvimento capaz de tirar a América Latina da condição de periferia. A transformação das estruturas econômicas e sociais seria necessária para a melhoria dessa situação, tais como a reforma agrária, melhoria na distribuição de renda e a substituição de importações, caracterizando-se como uma economia fechada e com forte intervenção estatal regulando a economia.

2.4 Teorias de desenvolvimento regional

2.4.1 Pólos de crescimento e pólos de desenvolvimento

Ao fazerem estudos regionais, os pesquisadores com frequência indicam em uma região os pontos que conduzem o crescimento econômico ou o desenvolvimento, as cidades ou áreas mais dinâmicas. Vários governantes ao idealizarem seus programas de desenvolvimento da economia e industrialização, escolheram pontos favorecidos pela posição geográfica ou pelos recursos naturais para instalar indústrias de base, que serviriam como “bases de desenvolvimento”.

Para Andrade (1977), Perroux baseou-se em suas observações e conhecimento de experiências soviéticas¹ para desenvolver a sua teoria de pólos de desenvolvimento. Teoria onde o crescimento não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país, ou cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em certos pontos, o que Perroux chama de pólos de crescimento.

É o aparecimento de uma indústria motriz, segundo Perroux (1967), que faz com que o pólo de crescimento se desenvolva. E para ele a indústria motriz é aquela que mais cedo do que as outras, desenvolve-se segundo formas que são as da grande indústria moderna; separação dos fatores de produção entre si, concentração de capitais sob o mesmo poder, decomposição técnica de tarefas e mecanização.

Como resultado a indústria motriz durante determinados períodos apresenta um crescimento do seu produto próprio mais elevado do que a taxa média de crescimento do produto industrial e do produto nacional.

Por um curto período se faz sentir este crescimento acelerado, que atinge um limite, após o qual sofre um decréscimo relativo. Pode se observar que os efeitos motrizes da indústria não são permanentes, sendo assim, se uma indústria que provoca o surgimento de um pólo hoje, não se renovar, ela não oferece condições ao aparecimento de outras indústrias que mantenham a dinamização por ela desencadeada, fazendo com que o pólo

¹ Após a Segunda Grande Guerra usinas siderúrgicas foram construídas como “bases de desenvolvimento” em pontos mais afastados da principal região econômica do país. Em 1930 ligaram a bacia do Kouznetsk aos montes Urais, formando uma nova base carbonífera e metalúrgica, surgindo assim, dois grandes pólos. Com o planejamento procuraram diversificar a economia e distribuir os seus centros industriais pelo imenso território, tornando a nação que se industrializava menos dependente das regiões já industrializadas. Tal fato tornava o país menos vulnerável ao ataque dos inimigos, como também provocava grande economia no setor de transportes.

desapareça progressivamente e que outros centros e outros pólos absorvam sua função polarizadora.

A indústria motriz dinamiza a vida regional.

Em geral a indústria motriz em sua ação de obtenção de matérias-primas, de ponto de atração para a mão-de-obra e de produtora de um ou de uma série de produtos dinamiza a vida regional provocando a atração de outras indústrias, criando aglomeração de população que estimulará o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias nas áreas fornecedoras de alimentos e de matérias-primas e desenvolve a formação de atividades terciárias proporcionais às necessidades da população que a cerca, que se instala em sua área de influência. (ANDRADE, 1977, p.59).

Segundo Muller (1998), os efeitos expansivos gerados pelos pólos, estão diretamente ligados, com as inter-relações das indústrias ali instaladas e as suas fontes de matéria-prima, transporte, fornecedores, clientes, que impulsionados por um aumento de produção da indústria motriz, leva a um aumento em cadeia para todo o pólo e, por conseguinte formando as ondas de propagação para outra região. Essas indústrias são as que levam outros setores e espaços regionais ao crescimento econômico.

A especificação da empresa motriz resulta efetivamente da dimensão dos fluxos de oferta de produtos e de procura de mercadorias e serviços da grande empresa, em comparação com a dimensão dos fluxos de todas as restantes unidades econômicas do espaço considerado. (PERROUX, 1967, p.223).

Esse conjunto forma aquilo que Perroux (1967) chama de complexo industrial e que tem como característica a presença de uma indústria-chave, pelo regime não concorrencial entre as várias indústrias existentes e pela aglomeração territorial. É classificada como indústria-chave, em meio às várias indústrias do complexo, aquela que provoca no conjunto geral um crescimento de vendas de outros produtos maior que o próprio crescimento de suas vendas. Portanto, as indústrias-chave quase sempre são aquelas que produzem matérias-primas, energia, transportes, etc. Por isto afirma Perroux que:

[...] em toda estrutura de uma economia articulada, existem indústrias que constituem os pontos privilegiados de aplicação das forças ou do dinamismo do crescimento. Quando estas forças provocam um aumento das vendas da indústria-chave, provocam também uma expansão e um crescimento ponderável do conjunto como um todo (PERROUX, 1967, p.150).

O pólo é visto como centro econômico dinâmico de uma região, onde seu crescimento se faz sentir na área que o cerca, de modo a criar fluxos dessa região para o centro e refluxos do centro para essa região. Assim, o desenvolvimento regional estaria sempre associado ao desenvolvimento do seu pólo.

Esses fluxos é que determinam a dinamização econômica de uma região em relação às demais, provocando os efeitos de crescimento da região polarizada e de estagnação de outra. Isto leva às disparidades inter-regionais abordadas por Perroux.

Geograficamente concentrado, o pólo industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato e, se tem poder para tanto, toda a estrutura da economia nacional em que se situa. Centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos e fixados. Quando dois destes centros entram em comunicação graças a vias de transporte material e intelectual, extensas transformações se desenham no horizonte econômico e nos planos de produtores e consumidores (PERROUX, 1967, p.175).

Uma região polarizada é formada quando, através de um cenário favorável, uma indústria próspera começa um processo de propagação de suas atividades, incitando o nascimento de outras indústrias. A interação entre uma ou mais indústrias motrizes e diversas atividades complementares também proporcionam a existência de regiões polarizadas, de onde surgem os efeitos atrativos ou negativos sobre as demais regiões.

Através da teoria da polarização, desenvolvida por François Perroux e seus colaboradores pode-se verificar que qualquer economia periférica depende da concentração de recursos em pontos discretos, capazes de, posteriormente, provocar o crescimento desse mesmo ponto, que conseqüentemente por difusão alcançaria os outros pontos que estão inseridos na mesma região.

A intensificação e aglomeração dessas indústrias num determinado espaço geográfico transformam e intensificam as disparidades inter-regionais. Para Perroux (1967), o crescimento não surge em toda parte, a tese dos pólos de desenvolvimento regional afirma que o crescimento econômico não se processa de forma equilibrada, mas em determinadas áreas com fatores vantajosos. Através dos efeitos surgidos pelo crescimento econômico, essa região polarizada, exercerá influências sobre as demais regiões, que poderão provocar a estagnação de outras, bem como a migração em massa.

O crescimento dos centros industriais e comerciais, que passa a dinamizar a economia da região, exercendo efeitos propulsores que determinam um rápido crescimento tanto em nível econômico, quanto populacional; havendo uma profunda mudança das

características, não só da região localizada nas imediações desses centros, mas causando efeitos de deslocamento sobre outras regiões.

Conforme Müller (1998), a propagação dessas ondas de uma região à outra acaba criando uma sinergia², que passa a agir positiva ou negativamente sobre outras regiões.

Assim, quando um pólo exerce seus efeitos sobre outra região, existe sinergia positiva, pois atrai para si uma maior concentração de empresas, mão-de-obra, serviços públicos. Por outro lado, a sinergia negativa acarreta efeitos contrários na região influenciada, provocando a sua estagnação pela diminuição das atividades produtivas, como também pela fuga da mão-de-obra para as regiões ou cidades mais populosas.

A migração da população rural é um bom exemplo desses efeitos, nos maiores centros urbanos industriais torna-se mais evidente e acentuada. Todas essas transformações acabam provocando algumas implicações, como o favelamento das grandes cidades, aumento da criminalidade, provocando também a falta de mão-de-obra no campo.

A composição de áreas industrialmente concentradas provoca esta transformação regional, pois em seu interior ocorre um entrelaçamento das atividades, impulsionado por uma ou mais indústrias, que passam a exercer os efeitos de atração sobre as demais.

O surgimento de uma ou mais indústrias depende de inúmeros fatores externos a elas, entre eles:

- a) existência de mão-de-obra qualificada, diminuindo a necessidade de investimentos e treinamento;
- b) o fornecimento de matéria-prima disponível nas proximidades da região de instalação reduz custos e amplia as inter-relações;
- c) existência de um mercado consumidor;
- d) vias de escoamento de produção;
- e) fácil acesso a instituições de apoio técnico e científico.

A partir desses pólos, surgem influências que contribuirão para a expansão das atividades comerciais e industriais que nestas regiões se estabelecem, decorrentes da formação de um mercado consumidor, mão-de-obra acessível, entre outros fatores que agem no sentido de decidir pela implantação de novas firmas nessas regiões.

Conforme Andrade (1977), Perroux diferencia o significado dos termos crescimento e desenvolvimento, na sua visão o pólo de crescimento não se identifica com o

² Ondas propagadas por determinada região economicamente ativa, que passa a influenciar e atrair investimentos monetários e humanos.

pólo de desenvolvimento. Para ele o desenvolvimento “é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real, global” (PERROUX, 1967, p.155). Se um país subdesenvolvido deseja atingir o estágio dos países desenvolvidos é imprescindível que sua população esteja convicta da necessidade de modificar a sua estrutura econômica. Quanto ao crescimento, existe apenas quando há um aumento do produto global e, por conseguinte, da renda *per capita*.

O crescimento econômico, no modelo de Perroux, corresponde às empresas motrizes, mas ele também identifica o que denomina os três dinamismos do crescimento: população, inovações e instituições.

Os pólos de crescimento constituem-se num forte impulso ao desenvolvimento regional, desenvolvimento este que estará sempre ligado à expansão do seu pólo, e este crescimento surge em pontos privilegiados do espaço, que se caracteriza pela aglomeração de atividades econômicas, população e como consequência a metropolização dessas regiões e impulsiona uma modernização espacialmente seletiva, produzindo impactos, cuja combinação reforça mais um ponto da região do que outros.

2.4.2 Base de Exportação

A teoria da base de exportação foi produzida, inicialmente, para explicar o desenvolvimento das regiões canadenses e americanas do século XIX.

Foi durante a análise da economia urbana que planejadores urbanos e geógrafos lançaram as primeiras idéias sobre o conceito de “base”³. Quando o objeto de estudo era uma cidade, dividiam as suas atividades econômicas em dois tipos: as básicas, que vendem seus produtos além de suas fronteiras, e as não-básicas (ou residenciais), que servem de apoio às atividades básicas.

Considerando uma divisão entre as atividades exportadoras ou básicas e as não exportadoras ou não-básicas, a teoria da base econômica concentra a explicação do progresso de uma região através do dinamismo de suas atividades exportadoras. Porém não compete à região controlar este dinamismo, que lhe é exógeno, pois se baseia em um fator

³ Entendemos sempre, por Base Econômica, toda atividade que faz com que a renda flua para a comunidade e que seja o resultado de transações (tangíveis e intangíveis) que cruzam (direta ou indiretamente) a linha demarcatória da região considerada (MOREIRA, 1974, p.15).

que a mesma não pode modificar, ou seja, o aumento da demanda por produtos de exportação.

A idéia que sustenta a teoria da base econômica regional é a de que o único (ou, pelo menos, o principal) fator determinante no nível geral de atividade numa região é o nível de atividade dos setores, ou segmentos dos setores, que são mantidos pela demanda exterior à região (RICHARDSON, 1975, p.244).

É o desenvolvimento das atividades básicas, que servirá como fonte de crescimento desta economia. Com o desenvolvimento das atividades básicas, suas vendas possibilitam a importação de bens e serviços não produzidos localmente e induz o crescimento das atividades não-básicas.

Os modelos de base econômica que surgiram até o início da década de 50 podem ser apresentados da seguinte forma:

$$E = E_b + E_s$$

E = emprego total

E_b = emprego ligado às atividades básicas ou emprego básico

E_s = emprego ligado às atividades não-básicas ou de serviços ou emprego não-básico

Para um melhor entendimento, podemos estabelecer:

- Emprego básico – é o termo utilizado para designar todo o emprego que direta ou indiretamente esteja ligado à atividade que constitua a base econômica da região em estudo. Outros termos que identificam emprego básico são: exportador, primário, externo, suporte, ativo, etc.

- Emprego não-básico – abrange todo o emprego que serve, completamente, às atividades locais, ou seja, que não envolvam exportações, são o restante das atividades. Outros termos utilizados são: emprego local, secundário, interno, passivo, etc.

Resumindo, o emprego total de uma cidade é composto pelo emprego básico mais o emprego não-básico. Admitindo alguma relação entre emprego básico e não-básico, pode-se escrever:

$$E_s = \frac{(E_s)}{(E_b)} \cdot E_b$$

Nesta equação o termo entre parênteses é a taxa observada entre o emprego básico e o não-básico num passado recente.

Embora a relação $E = E_b + E_s$ não passe de uma simples identidade, e apenas a relação $E_s = (E_s/E_b) \cdot E_b$ se constitua numa equação de comportamento, construiu-se uma teoria sobre o emprego total (E) em função do emprego básico (E_b). Para tal, é necessário que (E_s/E_b) tenha certo grau de estabilidade. Em outras palavras, é preciso que haja um alto coeficiente de correlação entre uma série de valores observados de E_s e E_b, ao longo de um período de tempo significativo (HADDAD, 1975, p.39).

Várias críticas surgiram na tentativa de transformar a teoria da base econômica em uma teoria de desenvolvimento econômico de cidades e mesmo de regiões⁴.

Segundo Moreira (1974), a teoria da base econômica é um modelo de curto prazo que considera apenas o do lado da demanda. Na sua visão para que o modelo da base econômica venha a se tornar um modelo de desenvolvimento regional, é preciso que se incorporem os fatores do lado da oferta.

Para Moreira (1974), na teoria da base econômica utiliza-se diversos termos, que muitas vezes acarretam problemas para a compreensão dos leitores.

A primeira fonte de confusão está na utilização dos termos Teoria da Base Econômica e Teoria da Base de Exportação, que para sermos fiéis às idéias de seus expositores e continuadores, devemos diferenciar. A maioria dos cientistas regionais e mesmo alguns livros-textos não têm a preocupação de fazer esta distinção, o que representa a depurtaç o do pensamento de North⁵ (MOREIRA, 1974, p.14).

⁴ Não é pretensão da presente pesquisa analisar as críticas feitas à teoria da base da exportação, e sim demonstrar a teoria.

⁵ A teoria da base de exportação regional foi desenvolvida por Douglas North em "Location and Regional Economic Growth", 1955.

Quando a teoria da base econômica é citada, de acordo com Moreira (1974), refere-se ao trabalho desenvolvido por analistas urbanos e regionais, desde 1939, onde a principal variável é a variação da demanda de produtos de exportação da região em análise. E quando a referência é feita a teoria da base da exportação, considera-se as idéias desenvolvidas por North, que enfatizou o papel das condições de oferta dos produtos de exportação da região apreciada.

Apesar de ambas apresentarem semelhanças quanto ao papel das exportações, como motor de explicação, podemos seguramente afirmar que a teoria de North é muito mais complexa e completa, pois é um modelo de crescimento regional – com algumas qualificações – ou seja, uma teoria de longo prazo, enquanto a Teoria da Base Econômica, é uma teoria de curto prazo (MOREIRA, 1974, p.15).

De acordo com Richardson (1975), a teoria da base econômica afirma que o crescimento de uma região depende do crescimento de suas indústrias de exportação. Com isso, o aumento da demanda externa à região é o elemento crucial determinante do crescimento dentro da região. Dessa forma, um aumento na base de exportação, constitui um processo multiplicador, sendo o fator multiplicador igual ao produto regional total, dividido pelas exportações totais. Avalia-se, então, que todas as atividades econômicas não voltadas para a exportação, especialmente as atividades de comércio e serviços da região, são movidas pela expansão ou declínio das indústrias de exportação.

A teoria da base da exportação apresenta algumas características. Em primeiro lugar, ela é claramente uma teoria keynesiana da renda aplicada e adaptada à análise de longo prazo (RICHARDSON, 1975, p.326). As exportações são consideradas elemento-chave como a única influência exógena sobre a demanda. A teoria da base da exportação não considera somente a renda das indústrias de exportação como um incremento à renda de uma região; pois ela considera também que, sem uma base de exportação, as indústrias não voltadas para a exportação não existiriam, sendo assim, todos os recursos empregados nos setores que produzem produtos exportáveis poderiam estar desempregados ou simplesmente não teriam sido atraídos para a região no passado.

Em segundo lugar, é uma teoria simplificada, não expõe as relações entre as regiões e não esclarece o processo de crescimento inter-regional. Isto acontece, pois a teoria considera a base de exportação como homogênea, sem dar atenção à fonte de aumento da demanda de exportações. É indiferente para a teoria a região onde ocorre a expansão das exportações, mas em alguns casos, segundo Richardson (1975), a fonte de expansão na

base de exportação pode ser um elemento crítico para a compreensão e a previsão da trajetória a ser seguida pelo crescimento da região.

2.4.3 Arranjos Produtivos Locais

Os estudos a respeito da importância dos aspectos locais, para o desenvolvimento econômico e a competitividade das empresas têm aumentado nos últimos vinte anos. E o foco principal desses estudos é as aglomerações setoriais de empresas que criam diferenciais competitivos, através da cooperação ou configuração econômica desenvolvida, favorecendo as firmas que estão localizadas nestas aglomerações.

Dependendo de sua composição, essas aglomerações são chamadas pelos diversos autores de arranjos produtivos locais – APLs, sistemas locais de inovações, sistemas produtivos locais, *clusters*, entre outros. O que essas denominações têm em comum é o destaque da importância dos aspectos locais para o desenvolvimento e a competitividade das empresas. A aglomeração de empresas é um tema muito conveniente para os estudos de desenvolvimento regional.

A ação de um pólo de desenvolvimento, ao atrair investimentos para um dado local, geralmente cria ou reforça aglomerações de empresas. Essas empresas, na medida em que exportam para outras regiões, reforçam o próprio pólo de desenvolvimento: elevam a renda, atraem pessoas e induzem investimentos públicos em infra-estrutura. Como consequência, atraem mais empresas, em particular do setor de serviços, para atender a crescente demanda produtiva, pessoal e pública dessa região e de regiões anexas (SANTOS, et al, 2004, p.19).

As aglomerações de empresas são classificadas em diversos tipos, pode-se citar como exemplo os centros industriais⁶ e os complexos⁷. No entanto entre os anos 80 e 90 um novo conceito foi se solidificando, para denominar determinados tipos de concentração de empresas, o conceito de Arranjo Produtivo Local – APL ou Sistemas Industriais

⁶ Centros industriais são grandes e diversificadas aglomerações industriais, onde as grandes empresas costumam ter papel muito importante, mas não necessariamente havendo grandes sinergias e relações entre elas. Como exemplo, pode-se citar a região do ABC paulista, a região metropolitana de Belo Horizonte e a região metropolitana de Porto Alegre (SANTOS, et al, 2004, p.19).

⁷ Complexo industrial são concentrações de empresas quase sempre integradas a uma cadeia produtiva. As empresas produzem etapas diferentes do processo produtivo e estão ligadas em cadeia. Como exemplo: indústria petroquímica, eletroeletrônica, automobilística e siderúrgica.

Localizados – SIL, conceito este utilizado para definir as formas de organização industrial existentes na França, Alemanha e Itália.

Entretanto, não existe uma paridade forte com a abordagem apresentada anteriormente feita por Perroux, que se baseava principalmente na indústria motriz, de grande porte. No caso dos arranjos produtivos locais, o foco centraliza-se na existência de pequenas e médias empresas, que passam a ter maior importância no processo de desenvolvimento regional.

Arranjos produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2006).

O Arranjo Produtivo Local é caracterizado pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas, principalmente micro, pequenas e médias empresas, que atuam em torno de uma atividade produtiva principal.

Os Arranjos Produtivos Locais também são chamados de Sistemas Produtivos Locais e definidos por Melo e Casarotto, como sendo:

Concentração de empresas do mesmo setor, sob a forma de um sistema estruturado, com a presença de inter-relações em seu conjunto de empresas do mesmo setor, sistema produtivo estruturado, modelo de desenvolvimento extensivo com um processo de industrialização endógeno, ou seja, impulsionado por agentes locais (Melo e Casarotto, 2000, *apud* Cunha, 2003, p.26).

Também são denominados de Sistemas Econômicos Locais, ou seja, um sistema microrregional competitivo, com forte concentração dos interesses sociais e que relaciona de forma aberta com o mundo.

Segundo Cunha (2003), os Sistemas Produtivos Locais são definidos pela Associação Regional Européia de Agências de Desenvolvimento – EURADA, como redes cooperativas de negócios, que têm como características, a concentração territorial, a especialização em torno de um produto ou ofício e a solidariedade entre vários atores, sem deixar de lado a competição. De acordo com Cunha (2003), a EURADA, possui uma primeira definição, onde dizia que os Sistemas Produtivos Locais podem ser definidos como uma acomodação de pequenas e médias empresas que se encontram agrupadas em uma determinada área, em função de uma atividade ou negócio.

Os fenômenos de aglomeração em estágios avançados são explanados através do conceito de sistemas locais e regionais de inovação, que correspondem a uma ampliação do modelo anterior, onde se confere à inovação o papel de motor do desenvolvimento, no contexto dos economistas neo-schumpeterianos, aplicando-se, assim, a concepção de inovação tecnológica na esfera regional.

Quando há evolução dos aglomerados para níveis superiores de relacionamento, as empresas, que deles fazem parte, mantém estreita relação com o ambiente que as cerca e com a cultura localmente predominante, incluindo os laços e relações familiares e de amizades, superando assim, as meras intenções comerciais (CUNHA, 2003, p27).

Os sistemas regionais e locais de inovação correspondem a uma etapa mais desenvolvida de organização, nos quais a empresa é o agente final, porém imersa num contexto social. Conforme Cunha (2003), os sistemas produtivos locais têm forte interconexão com o desenvolvimento endógeno, fundamentando-se em fatores, agentes e competências locais. É mais harmonioso e sustentável, sob os enfoques econômico-social e ambiental.

Os sistemas produtivos locais apresentam, interação, cooperação e aprendizagem voltadas à introdução de novos produtos e processos, além dos vínculos consistentes de articulação. Como envolve os agentes sociais e econômicos, fortalece a importância da sinergia e por ressaltar a aprendizagem e os avanços tecnológicos, é um conceito atrelado aos dos sistemas locais de inovação.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO

3.1 Santa Catarina

O processo de colonização de Santa Catarina extraordinariamente enriquecido com os fluxos migratórios é totalmente refletido na evolução histórica e econômica do município de Xanxerê; demarca com muita clareza a aptidão com que os catarinenses executam seu trabalho. Para melhor definir essa evolução nossa pesquisa se baseia nas necessidades assim definidas:

[...] impõe-se uma recorrência histórica, ainda que breve e genérica, de forma a serem captados os elementos fundamentais que condicionam o presente e as potencialidades de mudança já existentes que influenciaram a evolução da organização urbana no período em estudo (SILVA, 1978, p.7).

Desta forma, faz-se necessário entender como se deram a formação e ocupação regional do estado de Santa Catarina e, com esse intuito, abordamos alguns aspectos dessa ocupação. Pois, para Etienne a evolução de um dado centro urbano, ou mesmo de um conjunto de cidades, não pode ser entendida sem sua localização num espaço maior, do qual política e ou economicamente faz parte.

Desde a pré-história catarinense, segundo Piazza e Hübener (1989), o homem catarinense apresenta-se em vários estágios civilizatórios. Vai dos povos coletores do litoral, dos povos caçadores e coletores do interior até aqueles grupos humanos de coletores e agricultores de subsistência, que já se apresentam fabricando cerâmica. Os povos do litoral caracterizaram-se pela pesca e coleta de moluscos, que deram origem aos “sambaquis” (montes de conchas) e que pelo número desses sítios arqueológicos demonstram ter sido uma população bastante expressiva. Já os povos do interior caracterizaram-se por fabricar suas armas, como pontas-de-flecha, machados polidos e outros objetos. São povos reconhecidos pelas inscrições que realizaram em paredes de pedra. Habitavam ora em sítios abertos à margem dos rios, ora em grutas. Esses povos ocupavam largamente o litoral e as margens dos grandes rios navegáveis e, em grupos menores, áreas do interior.

Desde o início do século XVI, pontos que correspondem ao litoral catarinense aparecem em cartas geográficas de vários navegadores de diversas nacionalidades e, dada sua importância, registramos a expedição de João Dias Solis, que de acordo com Piazza e

Hübener (1989), em 1515 assinalou um único ponto da costa: a baía dos “perdidos”. Que se refere às águas interiores entre a Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro (designação dada em virtude do naufrágio de uma embarcação da mesma esquadra). Sebastião Caboto, italiano a serviço da Espanha, chega ao litoral catarinense em 1526, e depois disso publica em seus mapas a denominação de Ilha de Santa Catarina de “porto dos Patos”. Embora exista divergência entre autores quanto a quem se atribuir à denominação de Santa Catarina, se a Sebastião Caboto que fizera a denominação em homenagem à sua esposa Catarina Medrano, ou se foi em homenagem a Santa Catarina de Alexandria. O fato é que o nome de Santa Catarina, dado à ilha, aparece pela primeira vez em 1529, no mapa-múndi de Diego Ribeiro.

Devido ao nosso litoral, essa época, servir como ponto de apoio às embarcações que por aqui passam em direção ao Rio da Prata, constatou-se que os primeiros povoadores do território catarinense foram elementos náufragos, desertores e frades franciscanos. Embora, conforme relatos dos viajantes que por aqui passaram e posteriormente dos missionários, fosse bastante expressivo o número de indígenas que habitavam Santa Catarina, como os tupi-guaranis, que regionalmente vão ser denominados de “carijós”.

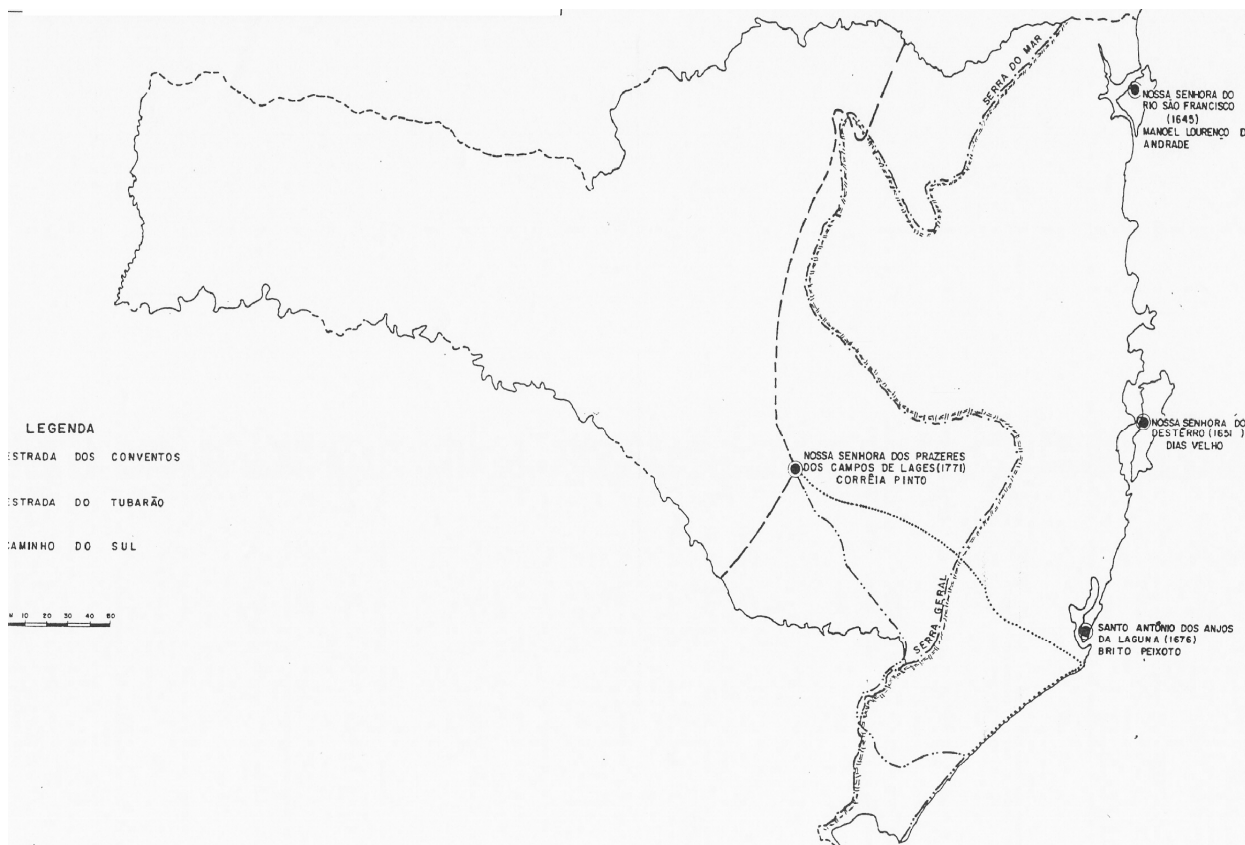
Desde a fixação dos portugueses no litoral brasileiro foi sentida a necessidade de braços para a lavoura de cana-de-açúcar, para os engenhos, já que o açúcar possuía alto valor comercial. Assim, o litoral catarinense, então denominado “Sertão dos patos” ou “terra dos carijós” passou a ser alvo da investida de inúmeras expedições de caça ao índio, denominadas bandeiras, realizadas pelos bandeirantes paulistas com objetivo de escravização desses povos indígenas. Como resultado destas incursões paulistas, quer pelo interior, quer pelo litoral, vamos ter as primeiras fundações vicentistas do litoral catarinense, e a devassa do extremo oeste catarinense. Conforme Piazza e Hübener (1989), na segunda metade do século XVII teve início uma nova fase da atividade bandeirante, já que as bandeiras continuaram a percorrer a região centro e sul, interessadas agora, na procura de ouro e de pedras preciosas e deram início a núcleos de povoamento, preparando o terreno para a ocupação de diversas regiões. Essa penetração luso-brasileira em direção ao sul é impulsionada pelo desenvolvimento da mineração e pela política expansionista portuguesa. Viabiliza, desta forma, o aproveitamento do gado dos pampas, explorado pelos paulistas e que através dos “caminho de gado” darão origem, mais tarde, a diversos núcleos de povoamento, entre os quais Lages.

Efetivamente o povoamento do litoral catarinense tem início com a fundação de São Francisco por Manoel Lourenço de Andrade; da pequena povoação de Nossa Senhora

do Desterro pelo bandeirante Francisco Dias Velho e de Laguna por Domingos de Brito Peixoto. Dado a necessidade de Portugal proteger sua recente fundação, Colônia do Sacramento, dando-lhe cobertura estratégico-militar, criou-se a Capitania de Santa Catarina, que se constitui no posto avançado da soberania portuguesa na América do Sul. Foi o Brigadeiro José da Silva Paes o primeiro Governante da terra catarinense com sede no Desterro. Sob seu comando fez construir, para defesa, as fortalezas de São José da Ponta Grossa, de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio dos Ratores e de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul. Completando sua atividade militar com a criação do Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina. Dando cobertura a doutrina do princípio jurídico do “*uti possidetis*”, o direito do primeiro possuidor, também desenvolveu uma ação na estrutura social e econômica, através da vinda de casais açorianos, que vão se fixar ao longo do litoral catarinense, a partir de 1748.

Todavia, é no governo do Coronel Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, por volta de 1750, que há o maior número de açorianos e permite a fundação das povoações de São José da “terra firme”, Nossa Senhora da Conceição “da Lagoa”, São Miguel “da terra firme”, Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito e de Sant’Ana, no distrito de Laguna. Enfim, estende-se o contingente açoriano pelo litoral catarinense.

Na Figura 1 é possível visualizar no mapa como aconteceu esta colonização.



Fonte: Silva, 1978, p.53

Figura 1: Mapa da colonização do litoral.

Outros governantes, como é o caso de Alberto de Miranda Ribeiro, além da política de defesa vão dar certa atenção à situação econômica como à agricultura, abertura de estradas, construção naval e outros. Para Piazza e Hübener (1989, p.34) sua visão administrativa permitiu identificar os problemas que afligiam e entravavam o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina. Coube à capitania de Santa Catarina um papel decisivo na penetração luso-brasileira no sul do país, e em função dela teve de enfrentar graves problemas que a condenaram à estagnação econômica por muito tempo.

Santa Catarina, nos dois primeiros séculos de sua ocupação servia mais à sustentação e defesa do sistema colonial do que à produção colonial. Seu excedente se destinava a suprir o centro exportador colonial e a manutenção da tropa e administração (CEAG/SC, 1980, p.40).

Enquanto o litoral catarinense era colonizado com vicentistas e açorianos, os paulistas, criadores de gado, na sua rota para o sul, através do interior do Paraná, chegavam aos Campos de Lages em 1767 e ali iniciavam a criação extensiva de gado. Durante o

século XIX diversos grupos de alemães, italianos, e em menor escala, os escravos, foram os principais colonizadores do nosso território. Conforme Mattos (1986, p.116) em 1828, alemães de Bremen criavam, por iniciativa oficial, a colônia de São Pedro de Alcântara. Em 1836, por iniciativa particular, era a vez da colônia Nova Itália, com italianos, que se estabeleceram às margens do Rio Tijucas. Em 1850, no litoral norte do Estado, era fundada a Colônia Dona Francisca, com alemães, cuja sede deu origem a Joinville, espalhando-se depois até o Planalto de Canoinhas. Outra importante colônia alemã é a de Blumenau, fundada em 1850, no Vale do Itajaí. Na zona litorânea meridional, a partir de 1875 e até 1890, seriam fundadas várias colônias de italianos nas bacias de Tubarão e Urussanga. Mencione-se ainda a imigração de poloneses, iniciada em 1882 em áreas periféricas às colonizações já existentes e em áreas novas.

Assim, verificamos que o processo de colonização do Estado de Santa Catarina é um dado altamente positivo para o seu desenvolvimento econômico, propulsor da sua característica básica quanto à estrutura geo-econômica, isto é, a sua compartimentação em zonas autônomas e cada uma girando em torno de uma capital regional, ou seja, uma localidade central que funciona como um centro distribuidor de bens e serviços especializados, com maior ou menor autonomia.

As antigas zonas fisiográficas do Estado formavam a seguinte divisão regional: o litoral de São Francisco, com centro em Joinville; o Planalto Norte, com centralidade distribuída entre Mafra, Canoinhas e Porto União; o Vale do Itajaí, com centro em Blumenau; o Litoral de Florianópolis, com centro na capital do Estado; o Sul, que divide a centralidade entre Criciúma e Tubarão; o Planalto de Lages, com centro em Lages; o Vale do Rio do Peixe, com a centralidade distribuída entre Caçador, Joaçaba e Concórdia; e o Oeste, com centro em Chapecó.

Não acontecia uma concentração geo-econômica em torno de uma metrópole privilegiada, pois cada uma dessas zonas apresentava uma determinada especialização econômica.

Devido ao processo histórico e às suas condições físicas naturais, se deu essa compartimentação em Santa Catarina, resultando em um modelo de desenvolvimento característico. Com organização espacial própria, sua rede urbana é considerada equilibrada e seu espaço rural tem estrutura minifundiária.

3.2 Oeste Catarinense

Para melhor entender o processo de colonização da Região Oeste Catarinense, é necessário conhecer alguns detalhes da ocupação do Planalto Catarinense. Inicialmente, este era apenas um território de passagem do gado gaúcho, servindo de ligação das “vacarias” (zona de criação de gado sulinas) ao Sudeste e Centro-Oeste brasileiros. Com o objetivo de facilitar o transporte de gado para o centro do país, em 1722, foi autorizada a abertura do “Caminho do Sul”, que representava a ligação da campanha gaúcha com os campos gerais de Curitiba (vacarias-Lages-Mafra).

A fundação do povoado de Lages provocou um grande impulso no processo de ocupação regional. Ao longo do “Caminho do Sul” foram se fixando novas frentes pastoris. Difundiam-se os povoados, fazendo surgir às pastagens de inverno e de criação, que se estendiam a Oeste, deram origem a Curitiba e mais tarde a Campos Novos.

Além da frente lageana que se deslocava rumo ao Oeste, nos campos naturais do Oeste e do Vale do Rio do Peixe, instalava-se uma corrente povoadora, também dedicada ao pastoreio, proveniente dos campos de Guarapuava (Paraná) e a partir do Rio Grande do Sul desenvolveu-se, na metade do século XIX, uma terceira frente que era composta por fazendeiros e remanescentes da revolução Farroupilha (1835-45) e mais tarde da Revolução Federalista de 1893.

O predomínio na região, até o início deste século era de uma estrutura latifundiária, combinada com o sistema de posse dos caboclos, num processo de difundir o povoamento. Com a estrutura latifundiária predominava nas fazendas o “coronelismo”⁸. O amontoamento social era claro nas fazendas. Numa única fazenda conviviam fazendeiro, criado, empregado, camarada, capataz e agregado. A forma de ocupação inicial de todo o planalto catarinense deu origem à disparidade social que se reflete no movimento político e social conhecido como “Contestado”.

A construção da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, cujo principal objetivo seria o transporte de produtos gaúchos, erva-mate e madeira do Paraná e Santa Catarina, significou o marco inicial do processo colonizador de toda a região Oeste Catarinense e veio a incidir um dos mais importantes fatores que desencadeou a “Guerra do Contestado”.

⁸ O coronelismo é um sistema social onde o fazendeiro, senhor todo poderoso (geralmente coronel da Guarda Nacional), desempenhava o papel de juiz, chefe, legislador, concentrando todo o poder regional e exercendo grande influência na política administrativa das vilas próximas (PRIM, 1996, p.13)

Antes da construção da estrada de ferro, o Vale do Rio do Peixe já apresentava um rudimentar povoamento iniciado com a expansão das atividades pastoris, a partir dos Campos de Lages, com remanescentes da Revolução Farroupilha e Federalista. Num movimento oriundo dos campos de Guarapuava implantaram-se as fazendas de criação de gado, formando uma frente pastoril para os campos de Palmas, Campo Erê, até Campos de Iraní, mas a colonização só intensificou-se a partir da construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul.

Durante a Guerra do Contestado (1912-1916) ficaram praticamente paralisados todos os programas de colonização do Vale do Rio do Peixe e Oeste. Somente em 1917 o governo estadual deu novos passos para colonização, criando o município de Cruzeiro, que após desmembramento tornou-se Joaçaba e Chapecó. Desse modo, os imigrantes descendentes de alemães e italianos, vindos do Rio Grande do Sul foram instalados ao longo do rio do Peixe formando núcleos coloniais, repetindo a mesma situação das antigas colônias.

O processo colonizador em direção mais à oeste começou somente a partir de 1920. Antes deste período, a região era escassamente povoada, sendo habitada por caboclos e índios, que foram sendo expulsos do seu território, conforme o processo de colonização avançava.

Várias empresas colonizadoras atuaram nas áreas do extremo oeste, entre as principais temos a firma BERTASO, MAIA & CIA fundada em 1918, cujo dono Ernesto Bertaso encaminhou ao Oeste Catarinense aproximadamente 8.000 famílias, num total de 40.000 pessoas. Na sua maioria eram ítalo-brasileiros, procedentes do Rio Grande do Sul, que colonizaram os municípios que hoje são Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Coronel Freitas. Parte de suas terras a firma acabou vendendo para outras colonizadoras, que continuaram trazendo para a Região os colonos das antigas colônias do Rio Grande do Sul.

A grande maioria dos novos colonos catarinense veio das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Destes, os descendentes de italianos, predominaram no Vale do Rio do Peixe durante todo o processo colonizador e na região Colonial Oeste, a partir de 1940. Vieram de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi, Cachoeira do Sul e arredores. Os colonos de descendência alemã, que no início do processo concentraram-se na região Colonial Oeste, vieram das regiões de Montenegro, Lageado, Santa Cruz do Sul e Estrela. Além destes, formaram-se alguns núcleos de descendentes de poloneses, que completaram a diversidade cultural do Oeste Catarinense.

O grande processo colonizador teve seu grande impulso a partir de 1920, embora ainda não chegasse a caracterizar uma marcha para o Oeste, pois este se iniciou com domínio no sentido Sul-Norte, com os primeiros núcleos instalando-se no Vale do Rio do Peixe e no Alto Uruguai para, a partir daí, deslocarem-se tanto para o Oeste quanto para o Norte.

O auge do processo colonizador da Região Oeste foi nos anos de 50 e 60. Na época foi o responsável pelo grande esgotamento dos excedentes populacionais das colônias gaúchas. Enquanto no Rio do Peixe a chegada de novos colonos intensificou-se a partir de 1920 e prolongou-se até 1960, quando foi praticamente fechada a fronteira agrícola, mais para o Oeste, até 1940, os imigrantes instalavam-se nas margens do rio Uruguai. Foi com a abertura de novas estradas que o fluxo foi se intensificando e na década de 50 atingiu o maior crescimento relativo. É na década de 60 que, em termos absolutos, ocorreu o maior fluxo migratório para o Oeste, tendo, inclusive, no início dessa década, recebido imigrantes japoneses em terras de Curitibanos. Todavia, já na década de 70 esgotava-se a fronteira agrícola também no Extremo-Oeste do estado. Com o fechamento da fronteira agrícola a região passou, desde 1975, a gerar excedentes populacionais para as novas fronteiras agrícolas do sudoeste do Paraná, Mato Grosso, Rondônia e demais estados do Centro-Oeste brasileiro.

3.3 Município de Xanxerê

Xanxerê significa na língua indígena Kaingang “Campina da Cascavel”. Os índios Kaingang e Guaranis foram os primeiros habitantes do Oeste Catarinense, aproximadamente no ano de 1800. Depois vieram os Portugueses, Sírios, Turcos, Alemães, Libaneses, Poloneses, Italianos e outros. Para se chegar a essa ocupação muitos foram os fatos históricos relevantes para o município, os quais passamos a abordar.

Segundo documentos jesuítas, em 1641 o bandeirante Jerônimo Pedroso de Barros ingressou mata virgem adentro, sendo o primeiro branco civilizado a pisar em solo oestino, em Santa Catarina, a procura de índios para escravizar e, por volta de 1839, um grupo de fazendeiros brasileiros vindos de Guarapuava e Palmeira, província de São Pedro, resolveu explorar os sertões situados ao sul, devido à notícia de grandes extensões de terras, propícias para a prática da agricultura ou criação de gado. Fez parte desta expedição um rapaz vindo de Minas Gerais, chamado José Raimundo Fortes, que mais tarde obteve a

concessão de uma grande área de terras chamada Campinas do Gregório (onde hoje se localiza o centro de Chapecó), sendo um dos primeiros moradores do Oeste de Santa Catarina.

Pelo decreto nº2.502 de 16 de Novembro de 1859, foram criadas duas colônias Militares, a de Chapecó e Chopin. Porém, a instalação destas colônias só ocorreu bem mais tarde porque o governo Argentino reclamou contra a criação de colônia militar, alegando que as terras estavam em litígio, seguindo-se daí uma série de explicações e trocas de notas diplomáticas.

Em 1859, foi criada a Colônia Militar de Xanxerê que deu grande impulso ao desenvolvimento e progresso da região, que na época pertencia a Palmas, estado do Paraná, objeto de disputa entre Paraná e Santa Catarina. O conflito só terminou com a intervenção do Governo Federal, definido-se a área como pertencente à Santa Catarina. Xanxerê passou a ser distrito de Chapecó. Após diversos acontecimentos, os habitantes de Xanxerê iniciaram um longo processo de emancipação.

A vila de Xanxerê cresce principalmente pelo extrativismo das madeiras, serrarias que trabalhavam muito com pinheiros, devido aos imensos pinheirais existentes em Xanxerê e região.

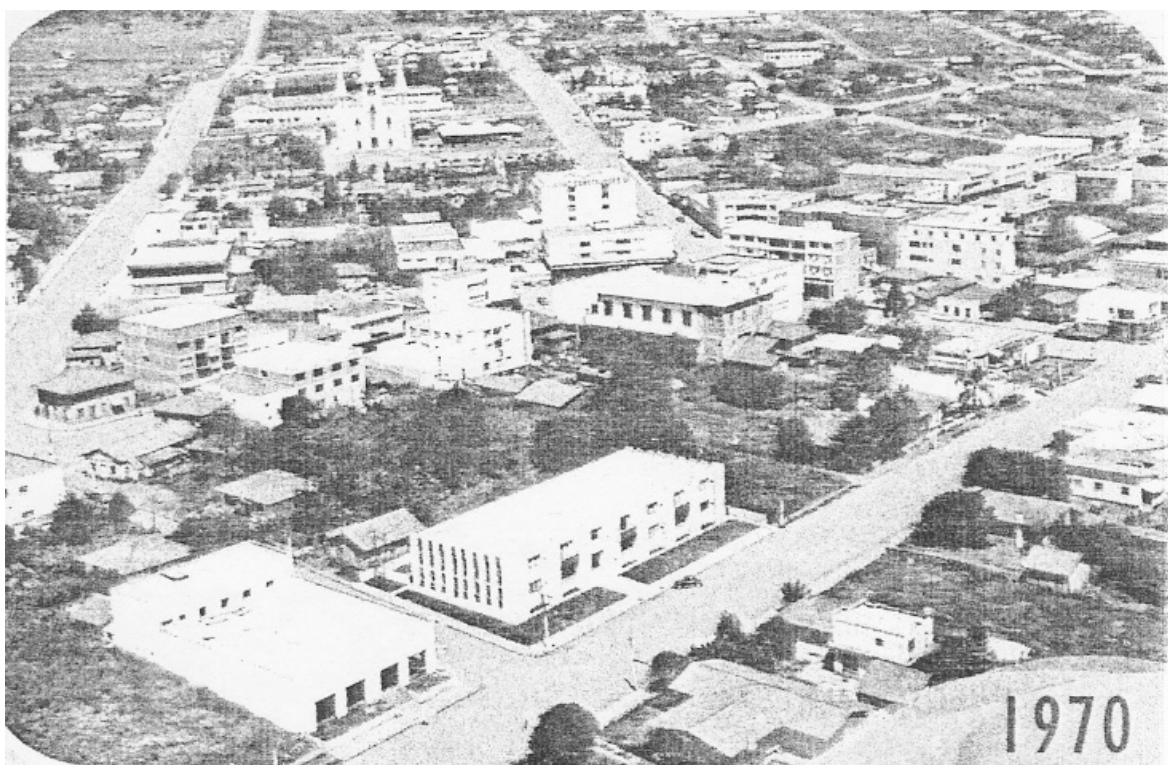
A região Oeste de Santa Catarina, onde se localiza o município, foi a última área a ser colonizada no estado e por essa razão a intensificação do movimento dessa colonização somente ocorreu a partir da década de 1940, onde se destaca um modelo fundiário de pequenas propriedades agrícolas e uma atividade econômica rudimentar, basicamente de subsistência, em que pese, em primeiro momento, a ocupação estar associada à exploração da madeira.

A lei nº 133 de 30 de dezembro de 1953 criou 08 novos municípios desmembrados de Chapecó, dentre eles, o município de Xanxerê. Xanxerê tinha então os distritos: Xanxerê, Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes, numa superfície de 2.364 Km². Sua instalação deu-se em 27 de fevereiro de 1954. Em 05 de junho de 1956, foi instalada a Comarca de Xanxerê (BORDINHÃO, 1996, p.37).

O processo de ocupação somente foi encerrado ao final dos anos 70, motivo pelo qual, para Mattos (1986) o extrativismo vegetal embora tenha sido a primeira atividade dos povoadores e já há algum tempo encontra-se em declínio, ainda existem as serrarias que exploram não só a mata de araucária, mas também, a latifoliada, dela retirando madeiras de lei. Pode-se verificar nas Figuras 2 e 3, como era a área central de Xanxerê em 1963 e 1970.



Fonte: CASA DA CULTURA MARIA ROSA, 1994, p.5
Figura 2: Vista parcial de Xanxerê em 1963.



Fonte: CASA DA CULTURA MARIA ROSA, 1994, p.5
Figura 3: Vista parcial de Xanxerê em 1970.

4 TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DE XANXERÊ

Uma série de fatores deve ser considerado para a compreensão da evolução política e ou econômica de um centro urbano.

É impossível compreender uma cidade sem situá-la no contexto da rede urbana á qual pertence e sem determinar as funções especializadas que ela exerce. É o número e importância de tais funções que determina o tamanho da cidade, o vigor de sua economia e suas perspectivas de desenvolvimento. (SINGER, *apud* SILVA, 1978, p. 7).

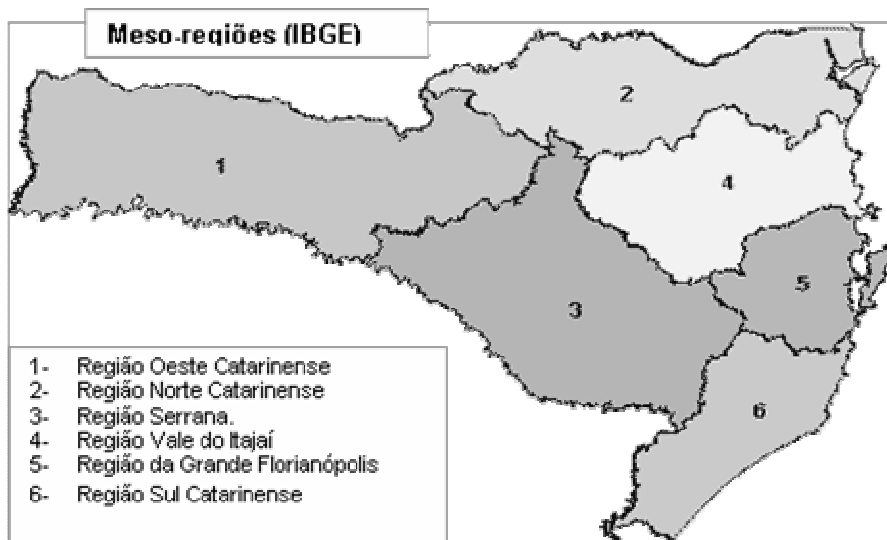
Localizado no Oeste catarinense, Xanxerê é o município pólo da microrregião do Alto Irani. Tem se destacado nas atividades agropecuárias, comerciais, industriais e de serviços. Para finalidade de planejamento estadual, Xanxerê integra a microrregião do Alto Irani, composto até 1988 por 08 (oito) municípios e faz parte da AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani (Figura 5).

Os municípios que faziam parte da AMAI até 1988 eram: Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

Em 1989, com o desmembramento de Xaxim, Marema também passa a fazer parte da AMAI, totalizando então 09 (nove) municípios.

A divisão territorial do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não coincide com a do Governo Estadual. Segundo Mattos (1973), até 1968 o Estado era dividido em 08 Zonas Fisiográficas. A partir de 1968 os 197 municípios do Estado de Santa Catarina foram agrupados em 16 Microrregiões Homogêneas, onde todos os municípios da região oeste e extremo oeste faziam parte da microrregião homogênea denominada: Colonial do Oeste Catarinense.

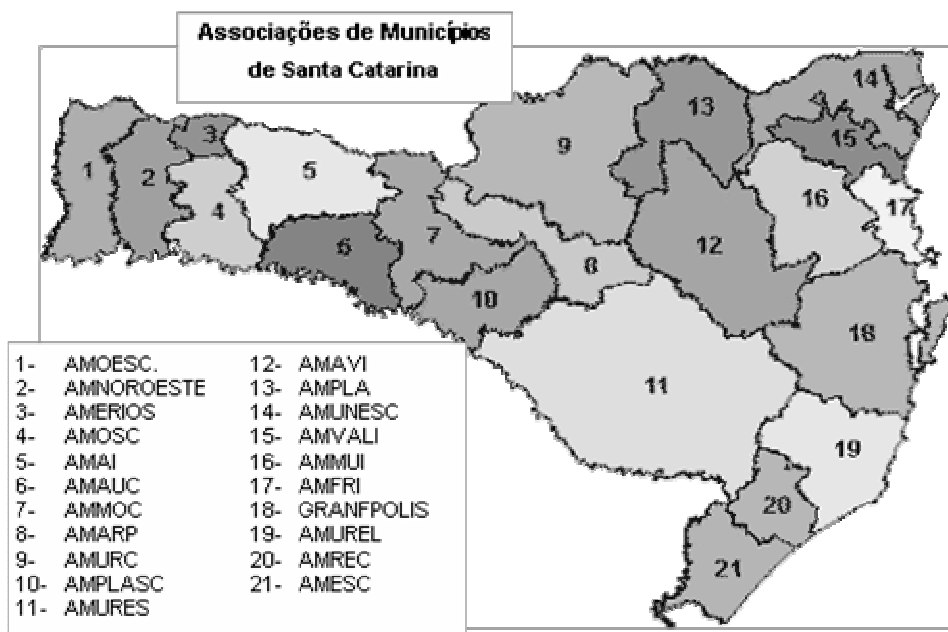
Em meados de 1990, a nova regionalização utilizada pelo IBGE, dividiu o Estado em meso-regiões que eram divididas em microrregiões geográficas em substituição às microrregiões homogêneas (Figura 4). A meso-região Oeste Catarinense é constituída pelas cinco microrregiões geográficas: Microrregião de Chapecó, Microrregião de Concórdia, Microrregião de Joaçaba, Microrregião de São Miguel do Oeste e Microrregião de Xanxerê.



Fonte: Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul

Figura 4: Mapa das meso-regiões de Santa Catarina (IBGE).

A Microrregião de Xanxerê ficou composta pelos seguintes municípios: Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, Galvão, Marema, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

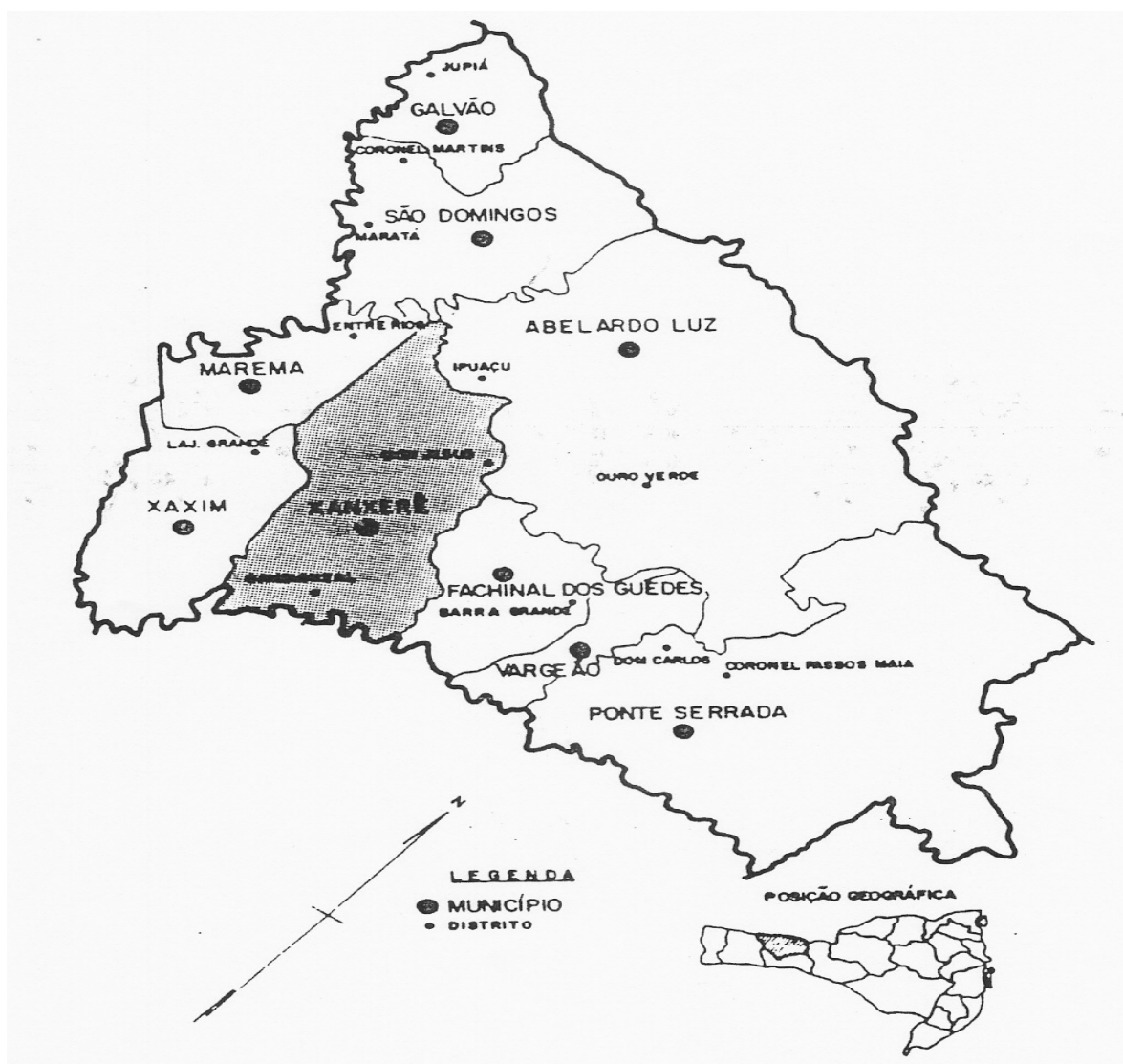


Fonte: Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul.

Figura 5: Mapa das Associações de Municípios de Santa Catarina.

A análise dos dados será realizada baseando-se na comparação entre as mudanças ocorridas em algumas das variáveis estruturais do município de Xanxerê e da Microrregião de Xanxerê, busca-se assim verificar o desenvolvimento do município perante a sua microrregião.

Como várias mudanças ocorreram nas divisões territoriais no Estado dentro do período de análise, considerou-se para a composição dos dados da Microrregião de Xanxerê os municípios pertencentes a AMAI, exceto Marema, cujos dados serão somados ao município de Xaxim, do qual fazia parte antes do desmembramento em 1989. Ficam então definidos para a Microrregião de Xanxerê os seguintes municípios: Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.



Fonte: SEPLAN. Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico, 1990.

Figura 6: Mapa da Microrregião de Xanxerê.

4.1 Aspectos demográficos

Os aspectos demográficos representam uma variável de grande interesse na análise do desenvolvimento econômico e social de um município, região e estado. Para Mattos (1986) é difícil imaginar qualquer assunto no campo econômico e social que não seja afetado pelo problema demográfico. Com base nos dados levantados, neste trabalho busca-se analisar o relacionamento das estruturas espacial e ocupacional com seu contexto econômico, evidenciando as transformações ocorridas no município no período de 1960 a 1990.

4.1.1 População urbana e rural

A região Oeste de Santa Catarina foi a última área a ser colonizada no estado. A primeira atividade econômica a dar impulso ao deslocamento populacional para esta área foi a extração da madeira. Além dos índios, pode-se dizer que as terras dessa região foram ocupadas primeiramente por caboclos e 'bugres'⁹.

Aos poucos essa população foi substituída por migrantes vindos principalmente do Rio Grande do Sul. Grande parte do oeste foi colonizada por colonos gaúchos descendentes dos primeiros imigrantes italianos e alemães que colonizaram a serra gaúcha (GOULARTI FILHO, 2002, p.79).

De acordo com Goularti Filho (2002), desenvolveu-se então uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente. Demonstrando assim uma característica típica da sua colonização, ou seja, as terras foram colonizadas seguindo um modelo minifundiário de estrutura agrária. Com essa estrutura, o maior percentual populacional estava na área rural.

O município de Xanxerê seguia as mesmas características da região, com uma população essencialmente rural.

A partir da década de 40 ocorreram mudanças significativas na evolução demográfica de Santa Catarina. O estado de Santa Catarina, assim como outros estados da

⁹ Nome regional dado aos mestiços de índios e brancos. Estes homens ocupavam as terras segundo um sistema de produção baseado quase exclusivamente em culturas de subsistência (Alves, 2006, p.30).

federação, também experimentou profundas alterações na sua composição populacional, resultado de um intenso processo de migrações internas.

Em 1940, Santa Catarina tinha 78% da sua população residindo na zona rural. De acordo com Cunha (1992), o fenômeno demográfico mais significativo após 1950 foi o da urbanização. Entre 1950 e 1960 a diferença nos ritmos de expansão das populações urbana e rural aumentou sensivelmente: 6,6% e 1,9%, respectivamente.

Segundo Mattos (1973), mais grave do que a explosão demográfica é a explosão urbana. O problema demográfico adquire grande dimensão quando se associa ao problema do “inchaço” desmedido das cidades. Em 1970, em Santa Catarina, as populações urbana e rural quase se igualavam.

Assim como em sua microrregião, o município de Xanxerê acompanhou as mudanças demográficas do estado, mas com algumas particularidades, pois enquanto algumas regiões exibiram pequenos avanços populacionais, na região oeste ocorreu uma explosão demográfica. É importante destacar que a microrregião e o município de Xanxerê, apesar de sua recente ocupação, apresentaram elevados índices de crescimento populacional até a década de 1970. Esse crescimento populacional do município acompanhou o crescimento populacional da microrregião, exceto no período de 1980/1991, quando Xanxerê apresentou um crescimento médio de 2,08% a.a., enquanto a microrregião de apenas 0,92% a.a. (Tabela 2).

Entretanto, a grande alteração encontra-se nos números da população urbana e rural. Através da Tabela 1 pode-se verificar o movimento da população. Nos anos 60 a microrregião contava com 85,83% da sua população na zona rural, enquanto que em Xanxerê o percentual da população rural era de 74,18%.

No período entre 1960/1970, tanto a população rural quanto à urbana de Xanxerê apresentaram crescimento, tal fato refletiu-se também na microrregião. A continuidade do processo de migração contribuiu para este aumento populacional, muitas famílias ainda migravam do Rio Grande do Sul em busca de uma vida mais confortável, com maior acesso a terra e melhores oportunidades nas zonas urbanas dos municípios. Todavia, já na década de 70 esgotava-se a fronteira agrícola também no Oeste do estado. Com o fechamento da fronteira agrícola a região passou, desde 1975, a gerar excedentes populacionais para as novas fronteiras agrícolas do sudoeste do Paraná, Mato Grosso, Rondônia e demais estados do Centro-Oeste brasileiro.

Pode-se observar que a partir de 1970/1980 começou a ocorrer um acelerado processo de urbanização, com maior destaque no município de Xanxerê, onde 58,81% da

população total estavam na zona urbana. Neste mesmo período seguindo a tendência do estado, ocorreu em Xanxerê um declínio no número da população rural, porém a microrregião apresentou um pequeno aumento neste número.

Tabela 1: Evolução da distribuição da população segundo a situação de domicílio – Microrregião de Xanxerê e o Município de Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1991.

| DENOMINAÇÃO | 1960 | % | 1970 | % | 1980 | % | 1991 | % |
|-------------------------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|---------|--------|
| POPULAÇÃO URBANA | | | | | | | | |
| Xanxerê | 4.169 | 25,82 | 9.115 | 36,67 | 17.650 | 58,81 | 27.766 | 73,77 |
| Microrregião de Xanxerê | 8.799 | 14,17 | 20.774 | 21,79 | 42.069 | 35,72 | 65.770 | 50,48 |
| POPULAÇÃO RURAL | | | | | | | | |
| Xanxerê | 11.978 | 74,18 | 15.744 | 63,33 | 12.364 | 41,19 | 9.872 | 26,23 |
| Microrregião de Xanxerê | 53.290 | 85,83 | 74.585 | 78,21 | 75.700 | 64,28 | 64.517 | 49,52 |
| POPULAÇÃO TOTAL | | | | | | | | |
| Xanxerê | 16.147 | 100,00 | 24.859 | 100,00 | 30.014 | 100,00 | 37.638 | 100,00 |
| Microrregião de Xanxerê | 62.089 | 100,00 | 95.359 | 100,00 | 117.769 | 100,00 | 130.287 | 100,00 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de Santa Catarina de 1960, 1970, 1980 e 1991.

Na década de 1970/1980 as políticas do governo federal privilegiaram o desenvolvimento industrial e as lavouras de exportação em detrimento da economia de subsistência e consumo interno. Com isso transformações ocorreram na estrutura da população brasileira o que provocou reflexos nos movimentos migratórios campo-cidade. Constatou-se a ampliação do mercado de trabalho nos centros urbanos (indústria, comércio e prestação de serviços), os quais absorveram grande parte do contingente da população, vindo das zonas rurais.

Essas transformações também ocorreram no município de Xanxerê, que apresentou uma média de crescimento urbano anual de 6,83%, enquanto a população rural apresentou um crescimento negativo de 2,39% a.a. (Tabela 2). Até 1970 sua economia era sustentada basicamente pelas atividades agropecuárias e extrativistas, que através de suas atividades mantinha 63,33% da população total residindo na zona rural. E foi a partir deste período que os setores secundário e terciário, com maior destaque para as atividades do comércio e da prestação de serviços, começaram a ter mais força, impulsionando o crescimento do município, aumentando expressivamente a oferta de empregos.

No período entre 1970 e 1991, o município de Xanxerê apresentou um intenso êxodo rural, devido principalmente aos impactos da “modernização agrícola” sobre a agricultura familiar. O êxodo rural se manifestou como uma tendência natural. De acordo com o PIDSE – Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico - Xanxerê (1990), os principais motivos que contribuíram para esta estatística, além da modernização agrícola, foram:

- elevado número de minifúndios com área média muito reduzida, que resultava em baixos níveis de produção e como conseqüência baixa renda;
- política agrícola instável, desestimulando as famílias rurais de baixa renda;
- crescente esgotamento da fronteira agrícola;
- aumento no número de estabelecimentos com áreas superiores a 100ha, através da incorporação de minifúndios; e
- maiores opções de educação e lazer nos centros urbanos.

O esvaziamento do campo deu-se de forma mais acentuada em Xanxerê, na microrregião ele ocorreu de forma mais branda. Através da Tabela 1 verifica-se que em 1960 a população rural de Xanxerê representava 74,18% da população total do município, já em 1991 este percentual caiu para 26,23%. Os setores industrial e de serviços em expansão no município atraíram este contingente populacional vindo do campo.

Tabela 2: Taxa média de crescimento anual da população - Microrregião de Xanxerê e o Município de Xanxerê nos períodos de 1960/1970, 1970/1980 e 1980/1991.

| DENOMINAÇÃO | 1960-1970 | 1970-1980 | 1980-1991 |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| | % | % | % |
| POPULAÇÃO URBANA | | | |
| Xanxerê | 8,14 | 6,83 | 4,20 |
| Microrregião de Xanxerê | 8,97 | 7,31 | 4,15 |
| POPULAÇÃO RURAL | | | |
| Xanxerê | 2,77 | -2,39 | -2,03 |
| Microrregião de Xanxerê | 3,42 | 0,15 | -1,44 |
| POPULAÇÃO TOTAL | | | |
| Xanxerê | 4,41 | 1,90 | 2,08 |
| Microrregião de Xanxerê | 4,38 | 2,13 | 0,92 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de Santa Catarina de 1960, 1970, 1980 e 1991.

Xanxerê foi mostrando aos poucos sua liderança na microrregião. Transformou-se rapidamente em município polarizador. Nos anos 90, demonstrava ser um município bastante urbanizado, 73,77% da sua população total era urbana, o que representava 42,21% da população urbana da microrregião.

Atuando como centro de sua microrregião e apresentando os setores econômicos mais desenvolvidos que o restante dos municípios, Xanxerê atraiu e concentrou as principais atividades realizadas em nível regional recebendo todos os dias um número elevado de pessoas das cidades vizinhas que necessitavam utilizar os serviços nela oferecidos. Assim, o município foi adquirindo uma vida urbana bastante complexa, enquanto nos outros municípios ainda era forte a presença da população rural.

Percebe-se, assim, que a população urbana continuou concentrada no município de Xanxerê, acentuando o processo de polarização demográfica. A concentração demográfica foi acompanhando as tendências de polarização econômica, com concentração dos investimentos industriais nas cidades-pólo, como é o caso do município de Xanxerê, atraindo os contingentes populacionais que se colocavam em movimento em busca de novas oportunidades de emprego.

No período de 1980/1991, observa-se uma diminuição no ritmo de urbanização da Microrregião de Xanxerê, embora no período o crescimento tenha sido superior ao do estadual (4,20% a.a. em Xanxerê, 4,15% a.a. na microrregião e 3,69% a.a. no estado). Por outro lado, o nível de desruralização aumentou, alcançando uma taxa negativa de 2,03% a.a., no crescimento da população rural de Xanxerê, enquanto que na microrregião esta taxa foi de 1,44% a.a. e no estado 0,9% a.a., o que sugere além do êxodo rural, um deslocamento dessa população rural da região para outras regiões do estado.

Este movimento ficou mais marcante na microrregião, onde a baixa taxa de crescimento da população total da microrregião (0,92% a.a.), em relação ao estado (2,06% a.a.), atesta o movimento de esvaziamento demográfico, a partir dos anos 80.

O município de Xanxerê, entretanto, apresentou no mesmo período crescimento superior ao da microrregião e do estado. Através dos dados da Tabela 2 pode-se observar que Xanxerê apresentou crescimento contínuo dos índices de urbanização, ao passo que a população rural vem decrescendo. O mesmo acontece com os outros municípios da Microrregião de Xanxerê, mas de forma menos acentuada. Evidencia-se, portanto, o papel de Xanxerê como município pólo, pois acaba atraindo o contingente de força de trabalho para a sua área urbana.

De acordo com Mattos (1973), conforme uma economia se desenvolve, a agricultura passa a perder representatividade como fonte de emprego, em favor de outros setores. Assim torna-se inevitável, a transferência de contingentes das áreas rurais para os centros urbanos, o que é recomendável.

Pode-se considerar o crescimento populacional e as alterações ocorridas na população de Xanxerê como parte dos condicionantes que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento do município no período analisado. A maneira como se deu a colonização e o perfil dos migrantes, foi fundamental para definir a estrutura econômica do município. A mobilidade populacional dentro do município atendeu as exigências dos setores econômicos, auferindo a Xanxerê a condição de município pólo dentro da sua microrregião. Não se deve pensar que tudo foi perfeito. Os fluxos migratórios ocorridos no período aceleraram o crescimento da população na zona urbana, e proporcionar às populações das cidades um nível de vida adequado, quanto à alimentação, saúde, educação, habitação e oportunidades de empregos é na maioria das vezes tarefa difícil para grande parte dos municípios e também para Xanxerê, pois estes não possuem uma estrutura e planejamento adequado para atender um crescimento urbano acelerado.

4.2 *Pessoal ocupado*

A população economicamente ativa (PEA)¹⁰ de um país ou região corresponde basicamente à estrutura ativa da população. Considera-se como outro importante aspecto demográfico, pois diz respeito à estrutura ocupacional da população.

De fato, quanto maior for a parcela dos que participam do processo criador de riquezas, menor será a proporção dos que apenas se servem desse sistema econômico.

Dessa maneira, o esforço de desenvolvimento de um país poderá ser significativamente facilitado quanto maior for a participação dos que produzem (MATTOS, 1973, p. 251).

¹⁰ Compõem a *população economicamente ativa* as pessoas que, durante todos os 12 meses anteriores à data do Censo ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo, etc., e as sem remuneração que trabalharam habitualmente 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando à pessoa com quem residiam ou à instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiárias, etc. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais de idade que não trabalharam nos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, mas que nos últimos dois meses em relação a esta data tomaram alguma providência para encontrar trabalho (IBGE, Censos Demográficos – 1960, 1970, 1980 e 1991).

Tabela 3: População Economicamente Ativa da Microrregião de Xanxerê e Xanxerê – 1960, 1970, 1980, 1991.

| POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA | | | | |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 |
| XANXERÊ | | | | |
| SETOR | | | | |
| Primário | 3.132 | 4.262 | 3.818 | 4.382 |
| Secundário | 224 | 650 | 2.221 | 3.682 |
| Terciário | 1.202 | 2.003 | 4.884 | 7.780 |
| Total | 4.558 | 6.915 | 10.923 | 15.844 |
| MICRORREGIÃO DE XANXERÊ | | | | |
| SETOR | | | | |
| Primário | 14.012 | 20.184 | 22.848 | 27.029 |
| Secundário | 751 | 2.905 | 7.581 | 10.093 |
| Terciário | 2.693 | 4.703 | 10.965 | 17.773 |
| Total | 17.456 | 27.792 | 41.394 | 54.895 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de Santa Catarina de 1960, 1970, 1980 e 1991.

A Tabela 3 nos mostra a população economicamente ativa no período compreendido entre 1960 e 1991 da Microrregião de Xanxerê e do município de Xanxerê.

Observa-se através da Tabela 3 que o movimento total do emprego apresentou crescimento na microrregião, assim como no município de Xanxerê, onde o setor primário apresentou uma queda do número de trabalhadores rurais entre 1970 e 1980 para nas décadas seguintes apresentar aumento, ou seja, pode-se dizer que o setor primário permaneceu praticamente estável em relação ao número de trabalhadores de 1970 a 1991, sendo ultrapassado por outros setores da atividade econômica. Entretanto, na microrregião, o número de trabalhadores rurais continuou aumentando durante todo o período, o que demonstra que a base agrícola desempenhou papel fundamental na sua economia.

Esses dados vêm confirmar o processo de urbanização em Xanxerê, demonstrando o aumento da representatividade dos setores considerados urbanos, como indústria, comércio e serviços.

O comportamento da população economicamente ativa do setor secundário foi completamente diferente, apresentou crescimento desde a década de 1960 (Tabela 4). Este fato reflete o desenvolvimento do setor industrial no município, confirmando o aumento dos postos de trabalho neste setor.

Tabela 4: Taxa média de crescimento anual da população economicamente ativa da Microrregião de Xanxerê e Xanxerê nos períodos de 1960/1970, 1970/1980 e 1980/1991.

| | 1960-1970 | 1970-1980 | 1980-1991 |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | % | % | % |
| XANXERÊ | | | |
| SETOR | | | |
| Primário | 3,13 | -1,09 | 1,26 |
| Secundário | 11,24 | 13,07 | 4,70 |
| Terciário | 5,24 | 9,32 | 4,32 |
| Total | 4,26 | 4,68 | 3,44 |
| MICRORREGIÃO DE XANXERÊ | | | |
| SETOR | | | |
| Primário | 3,72 | 1,25 | 1,54 |
| Secundário | 14,49 | 10,07 | 2,64 |
| Terciário | 5,73 | 8,83 | 4,49 |
| Total | 4,76 | 4,06 | 2,60 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de Santa Catarina de 1960, 1970, 1980 e 1991.

O período de maior crescimento foi de 1970/1980. Nesta década, políticas do governo federal favoreceram o desenvolvimento industrial. Neste mesmo período o setor primário apresentou crescimento negativo, o que representa a transferência de mão-de-obra do setor primário para o setor secundário, para trabalharem principalmente nas indústrias ligadas ao setor de alimentos, madeira e metal-mecânica.

Paralelamente ao crescimento da população economicamente ativa no setor industrial, pode-se associar o desenvolvimento também no setor terciário, o que implica em fator de expansão urbana. Essa expansão passou a ofertar uma série de serviços que estão relacionados principalmente com o desenvolvimento do setor secundário, como comércio, manutenção, reparação e conservação, transportes, entidades financeiras e outros.

A população economicamente ativa do setor secundário e terciário da microrregião acompanhou o mesmo ritmo de crescimento que o município de Xanxerê.

O estudo da população economicamente ativa é de suma importância, pois através dele pode-se conhecer a dimensão e a tendência do mercado de trabalho. A relação entre a população economicamente ativa e a população total é utilizada como base principal para a estimativa sobre novos empregos.

Tabela 5: População Total e População Economicamente Ativa da Microrregião de Xanxerê e Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1991.

| REGIÃO | CATEGORIA | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 |
|--------------------------------|--------------------------------------|--------|--------|---------|---------|
| XANXERÊ | População Total - PT | 16.147 | 24.859 | 30.014 | 37.638 |
| | População Economicamente Ativa - PEA | 4.558 | 6.915 | 10.923 | 15.844 |
| | PT/PEA | 28,23 | 27,82 | 36,39 | 42,10 |
| MICRORREGIÃO DE XANXERÊ | População Total - PT | 62.089 | 95.359 | 117.769 | 130.287 |
| | População Economicamente Ativa - PEA | 17.456 | 27.792 | 41.394 | 54.895 |
| | PT/PEA | 28,11 | 29,14 | 35,15 | 42,13 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de Santa Catarina de 1960, 1970, 1980 e 1991.

Conforme a Tabela 5 verifica-se que a taxa de participação, ou seja, a relação entre a população economicamente ativa e a população total tanto da Microrregião de Xanxerê quanto do município de Xanxerê são praticamente iguais e apresentaram no período de 1960 a 1991, a mesma evolução, ou seja, crescimento da PEA em relação à população total. Esta relação, em 1991, no município de Xanxerê foi de 42,10%, ou seja, 42,10% da população exercem atividade remunerada, contra normalmente 45% encontrado nos países economicamente desenvolvidos (Mattos, 1986, p.28).

A diferença está relacionada com os setores, onde a microrregião apresentou um crescimento maior no setor primário, enquanto que Xanxerê é destaque no setor secundário e terciário, principalmente no período entre 1980 e 1991.

É importante ressaltar que o município em 1991 era responsável por aproximadamente 29% do total da população economicamente ativa da microrregião. Analisando por setor esta relação sobe para 36,48% do setor secundário e por quase 44% da população economicamente ativa do setor terciário, enfatizando a importância do município dentro da microrregião.

4.3 Setores econômicos

4.3.1 Primário

O desenvolvimento econômico da região oeste está diretamente relacionado ao setor primário. Teve início com a exploração das atividades agropecuárias – extrativistas.

Até o final do século XIX, a economia da região baseava-se na pecuária extensiva e extração de erva-mate para exportação. No início deste século, o extrativismo da erva-mate firmou-se como a principal atividade econômica da região e aos poucos ganhou importância a extração da madeira (PRIM, 1996, p.18).

Somente no início do século XIX é que a erva-mate aparece como um outro ramo de negócios. A extração de erva-mate não se desenvolveu como um produto principal, mas em favor da atividade pastoril. Serviu também como válvula de escape de sobrevivência para a população que estava à margem das grandes fazendas, pois estas não absorviam toda a mão-de-obra existente, composta por caboclos e índios.

Xanxerê caracterizava-se pela riqueza nativa da erva-mate e várias empresas dão início à sua exploração. Muitas destas empresas vieram de fora, principalmente da Argentina e Paraguai. Existiam em 1935, no estado 03 grandes casas exportadoras de erva-mate. Em 1941 são 21 grandes casas exportadoras.

Aos poucos também a extração da madeira passa a ganhar importância. Com o acelerado processo de colonização a partir de 1920, a extração da madeira passa a ser a principal atividade econômica, e juntamente com a extração de erva-mate, representou a primeira fonte de acumulação de capital no município.

A extração da madeira serviu como atrativo para a instalação de serrarias. Estas seguiram o movimento colonizador e pertenciam, em geral, às companhias colonizadoras, que tinham na extração de madeira uma segunda atividade econômica. Depois se deu início ao processo de serrarias particulares, que serviram como forte atrativo para a vinda de pessoas para Xanxerê. O cadastro industrial do estado em 1927 registrou duas serrarias em Xanxerê. Na década de 40 havia, só na sede do distrito, mais de 30 serrarias oficiais.

Falava-se na época de uma inesgotável fonte de riqueza, porém a madeira foi desaparecendo.

Acabada a madeira que preenchia todo o espaço territorial de nossa cidade, outros ramos de economia surgem, diversificando a produção local que continua em acelerado processo de desenvolvimento. Mas sentir o verde e o cheiro de mato das vastas florestas de pinheiro fica na lembrança daqueles que fazem parte da Memória de Xanxerê (CASA DE CULTURA MARIA ROSA, 1994, p. 8).



Fonte: Casa da Cultura Maria Rosa, 1994, p.24

Figura 7: Perímetro urbano de Xanxerê em meados de 1960.

Esta foto antiga de Xanxerê (Figura 7) revela um fato curioso, o perímetro urbano totalmente desmatado. Nos dias de hoje a área urbana possui muito mais árvores.

Xanxerê caracterizou-se pela predominância de pequenas unidades familiares, com produção agropecuária diversificada, como o cultivo de produtos básicos (milho, arroz e feijão), e a criação de animais de serviço e consumo, como suínos e aves, e sempre foram de grande expressividade na estrutura econômica do município.

A pecuária foi de grande importância para o crescimento do comércio, através de compras e venda de gado e suínos em Xanxerê e região. Com o aumento da produção suína e a própria extração da erva-mate, logo se formou na região uma malha comercial. Nos distritos e lugarejos havia os pequenos comerciantes, em geral também eram agricultores. Estes levavam os produtos até os centros maiores como Chapecó e Xanxerê, onde havia os comerciantes com maior poder de negociar.

Mas, a criação de porcos não se destinava somente ao comércio, era largamente consumido, constituindo-se em base alimentar pelos habitantes locais. Mesmo ante isso, a suinocultura se firma como principal atividade comercial da região (1935 a 1948), integrando-se economicamente ao espaço econômico nacional (CAMPOS, *apud*, CASA DE CULTURA MARIA ROSA, 1954, p. 8).

A existência dessa estrutura agrária minifundista, que em pouco tempo se tornou o centro dinâmico da economia da região, possibilitou a implantação e o desenvolvimento das agroindústrias catarinenses, que cresceram baseadas no sistema de integração agroindustrial¹¹ (ALVES, 2006, p.32).

A partir de 1970 ocorreu significativa mudança no perfil da agricultura local, com a implantação de diversas unidades agroindustriais, como Sadia, Perdigão e Seara, aumento da mecanização, incorporação de novas tecnologias e apropriação das pequenas propriedades pelas fazendas de maior porte, a agricultura local deixou de ser atividade de subsistência e passou a ter características mais comerciais.

Tabela 6: Estrutura fundiária de Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1985.

| Grupos de área (ha) | Nº de estabelecimentos | | | | Área Total | | | |
|------------------------|------------------------|-------|-------|-------|------------|--------|--------|--------|
| | 1960 | 1970 | 1980 | 1985 | 1960 | 1970 | 1980 | 1985 |
| Até 20 | 1.469 | 1.811 | 1223 | 1481 | 12.314 | 14.271 | 10.530 | 12.010 |
| 20 à 50 | 437 | 537 | 349 | 356 | 11.447 | 16.296 | 10.303 | 11.331 |
| 50 à 100 | 21 | 90 | 97 | 97 | 1.386 | 6.279 | 6.848 | 7.363 |
| 100 à 500 | 12 | 43 | 65 | 63 | 1.553 | 8.350 | 12.369 | 12.271 |
| 500 ou mais | - | 6 | 7 | 7 | - | 3.836 | 5.002 | 9.961 |
| Total | 1.939 | 2.487 | 1.741 | 2.004 | 26.700 | 49.032 | 45.052 | 52.936 |

Fonte: IBGE, Censo Agrícola de Santa Catarina de 1960.

IBGE, Censos Agropecuários de Santa Catarina de 1970,1980 e 1985.

No que se refere à estrutura fundiária, na Tabela 6, verifica-se que em 1960, do total das propriedades rurais, 98% eram considerados minifúndios, com áreas inferiores a 50 hectares e ocupavam cerca de 89% das áreas destinadas ao setor primário. Em 1970 esta relação passa para 94% dos estabelecimentos e 62% da área. Esta relação se modifica com a incorporação dos minifúndios, por propriedades maiores. No período de 1970/1980 ocorreu uma redução no número de estabelecimentos, principalmente minifúndios, e

¹¹ Entende-se por sistema de integração agroindustrial ou produção integrada a forma de produção onde a empresa agroindustrial fornece insumos, dá assistência técnica e compra a matéria-prima que os produtores integrados fornecem exclusivamente para ela (PAULILO, *apud*, PRIM, 1996, p.21)

também na área total, estes dados confirmam o movimento populacional ocorrido no mesmo período (Tabelas 1 e 2), quando a população rural apresentou um crescimento negativo de 2,15%, representava 63% da população total em 1970 e passou para 41% em 1980 o que caracteriza também a incorporação dos minifúndios por propriedades maiores.

No ano de 1985 a estrutura fundiária de Xanxerê já apresentava sinais de mudança, os minifúndios que representavam 91% dos estabelecimentos, utilizavam 44% das terras, enquanto que as propriedades com mais de 50 hectares que em 1970 detinha 38% das terras, passaram a utilizar 56% do total. Estes dados apontam para um aumento da concentração da posse da terra, e também uma mudança na estrutura agrícola, que se traduz no crescimento das lavouras temporárias¹², que ocupavam 40,19% das terras em 1970 e passam para aproximadamente 57% em 1985 (Tabela 7).

Tabela 7: Utilização das terras agrícolas em Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1985.

| Utilização das terras | 1960 | | 1970 | | 1980 | | 1985 | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Área (ha) | % | Área (ha) | % | Área (ha) | % | Área (ha) | % |
| Lavouras Temporárias | 14.070 | 52,70 | 19.705 | 40,19 | 26.413 | 58,63 | 30.122 | 56,90 |
| Lavouras Permanentes | 35 | 0,13 | 211 | 0,43 | 567 | 1,26 | 474 | 0,90 |
| Pastagens Naturais | 3.538 | 13,25 | 3.597 | 7,34 | 4.851 | 10,77 | 5.335 | 10,08 |
| Pastagens Plantadas | 743 | 2,78 | 7.204 | 14,69 | 3.475 | 7,71 | 2.508 | 4,74 |
| Matas/florestas naturais | 5.656 | 21,18 | 7.426 | 15,14 | 4.556 | 10,11 | 6.923 | 13,08 |
| Matas/florestas plantadas | 12 | 0,04 | 129 | 0,26 | 628 | 1,39 | 751 | 1,42 |
| Produtivas não utilizadas e em descanso | 2.464 | 9,23 | 9.015 | 18,39 | 2.319 | 5,15 | 5.587 | 10,55 |
| Improdutivas | 182 | 0,68 | 1.746 | 3,56 | 2.243 | 4,98 | 1.236 | 2,33 |
| TOTAL | 26.700 | 100,00 | 49.033 | 100,00 | 45.052 | 100,00 | 52.936 | 100,00 |

Fonte: IBGE, Censo Agrícola de Santa Catarina de 1960.

IBGE, Censos Agropecuários de Santa Catarina de 1970,1980 e 1985.

As lavouras de maior destaque eram: milho, trigo, soja, cevada, feijão e aveia. Também apresentaram crescimento as culturas permanentes¹³, tais como: maçã, uva e erva-mate.

¹² Lavouras temporárias – Abrangem as áreas ocupadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra menor que um ano) e que necessitam, geralmente, ser plantadas após cada colheita, tais como: arroz, algodão, milho, trigo, flores e hortaliças. Incluiu-se também nesta categoria as plantas forrageiras destinadas a corte (IBGE, Censo Agropecuário de Santa Catarina – 1970).

¹³ Lavouras permanentes – Compreende terras ocupadas ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, tais como: café, laranja, cacau, banana, uva, etc, que após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos (IBGE, Censo Agropecuário de Santa Catarina – 1970).

Com relação às pastagens, observa-se que apesar do desenvolvimento da criação bovina, a área destinada a esta atividade foi diminuído, em função da adoção do sistema de criação de gado no sistema de confinamento.

Outra informação importante é com relação a florestas naturais, com a expansão inicial da extração e processamento de madeiras, verificou-se na década de 1970 uma grande redução de florestas naturais, na ordem de 2.870 hectares, contra apenas 499 de florestas plantadas (reflorestamento).

Tabela 8: Estrutura fundiária da Microrregião de Xanxerê – 1960 e 1985.

| Grupos de área (ha) | Nº de estabelecimentos | | Área Total | |
|------------------------|------------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 1960 | 1985 | 1960 | 1985 |
| Até 20 | 4.638 | 8.260 | 35.510 | 69.659 |
| 20 à 50 | 1.732 | 2.688 | 51.344 | 81.964 |
| 50 à 100 | 338 | 640 | 23.979 | 44.366 |
| 100 à 500 | 188 | 387 | 36.708 | 75.064 |
| 500 ou mais | 43 | 71 | 178.984 | 131.422 |
| Total | 6.939 | 12.046 | 326.525 | 402.475 |

Fonte: IBGE, Censo Agrícola de Santa Catarina de 1960.

IBGE, Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1985.

Com relação à estrutura fundiária da microrregião de Xanxerê, os dados apontam para uma concentração de terras maior que Xanxerê, em 1960 do total de estabelecimentos 92% eram minifúndios e utilizavam somente 26% das terras. Em 1985 a microrregião apresentou uma leve desconcentração fundiária, o número de minifúndios passou para 91% do total de estabelecimentos, porém passaram a utilizar cerca de 38% das terras.

Tabela 9: Estrutura fundiária e relação de mecanização de Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1985.

| Relação Anos | Número de estabelecimentos | Área agricultura (ha) | Número de tratores | Relação mecanização | |
|-----------------|-------------------------------|--------------------------|-----------------------|-------------------------------|-----------------------|
| | | | | Estabelecimentos/ Tratores | Hectares/ Tratores |
| 1960 | 1.939 | 26.700 | 6 | 323 | 4450 |
| 1970 | 2.487 | 49.033 | 63 | 39 | 778 |
| 1980 | 1.741 | 45.052 | 298 | 6 | 151 |
| 1985 | 2.004 | 52.936 | 374 | 5 | 142 |

Fonte: IBGE, Censo Agrícola de Santa Catarina de 1960.

IBGE, Censos Agropecuários de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

Na Tabela 6, verifica-se a relação de mecanização em Xanxerê. Em 1960 existia um trator para 323 estabelecimentos e 4.450 hectares. No ano de 1970, a relação era de um trator para 39 estabelecimentos e 778 hectares. Já em 1985, um trator atendia a 5 estabelecimentos para cada 142 hectares. O que confirma um aprimoramento nas técnicas agrícolas, novas tecnologias, além de investimentos no setor primário.

De acordo com o PIDSE (1990), Xanxerê se destaca em todo o estado, como um dos maiores fornecedores de produtos agrícolas. Em 1987 o município era responsável por 20% da produção da cevada, 18% de aveia, 10% de trigo e 12% da produção de erva-mate.

No âmbito microrregional, em 1990 era responsável por 67,45% da produção de aveia, 50,76% da produção de cevada, 41,86% de trigo, 20,29% de soja e 15,68% de milho. No que se refere ao valor da produção, a participação do município é bastante significativa dentro da sua microrregião. Em 1990, respondeu por 15,65% do valor da produção do milho, 20,10% da soja, 32,64% do trigo, 50,76% da cevada e 72,53% da aveia. No decorrer do período (1975 a 1990) está participação sofreu alterações, haja visto, que ocorre na agricultura uma rotatividade de culturas e também a influência do mercado, na hora em que o agricultor decide o que vai plantar.

Tabela 10: Produção agrícola e valor da produção em R\$ dos principais produtos do município de Xanxerê 1975, 1980, 1985 e 1990.

| PRODUTO | Unidade* | 1975 | | 1980 | | 1985 | | 1990 | |
|----------------|----------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|
| | | Quantidade Produzida | V.P.* | Quantidade Produzida | V.P. | Quantidade Produzida | V.P. | Quantidade Produzida | V.P. |
| Arroz | T | 2.000 | 3.163.924 | 3.750 | 2.944.783 | 1.651 | 591.858 | 2.200 | 326.083 |
| Aveia | T | # | # | 120 | 93.485 | 12.800 | 7.830.263 | 7.500 | 419.489 |
| Batata inglesa | T | 910 | 449.870 | 950 | 452.037 | 980 | 289.557 | 1.430 | 199.956 |
| Cevada | T | # | # | # | # | 7.200 | 4.624.749 | 4.000 | 2.908.454 |
| Feijão | T | 2.440 | 3.618.738 | 780 | 1.509.035 | 3.760 | 2.549.933 | 2.005 | 1.166.294 |
| Milho | T | 50.000 | 32.627.967 | 78.000 | 49.662.555 | 35.720 | 9.232.166 | 36.000 | 5.637.924 |
| Soja | T | 13.500 | 14.682.585 | 23.040 | 18.636.058 | 24.300 | 6.882.067 | 31.500 | 5.726.024 |
| Trigo | T | 1.370 | 2.256.273 | 640 | 547.831 | 4.950 | 3.911.563 | 11.200 | 3.335.774 |
| Erva-mate | T | # | # | # | # | 425 | 812.594 | # | # |
| Uva | T | 144 | 71.188 | # | # | 310 | 173.836 | 150 | 31.881 |
| Total | | 70.364 | 56.870.547 | 107.280 | 73.845.785 | 92.096 | 36.898.586 | 95.985 | 19.751.874 |

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal de 1975, 1980, 1985 e 1990.

- Dado não disponível

Nota: * VP = Valor da Produção – valores em reais corrigidos a preços de dezembro/2006.

* Unidade = Tonelada

A soja produzida no município é de boa qualidade, por isso, parte dela é classificada para semente e adquirida pelas cooperativas da região e o restante é exportado

para os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo. A outra parte que não é classificada como semente, é vendida às unidades industriais, para a produção de óleo de soja e farelo.

Outro produto que é comercializado com as cooperativas locais, sendo uma parte destinada a sementes, é o trigo. O restante é vendido para beneficiamento às agroindústrias e moinhos locais.

O milho também é comercializado, em forma de sementes ou processado como um dos componentes de rações. Parte é destinada ao consumo humano e faz parte da dieta alimentar dos habitantes do município. Os demais cereais são comercializados na região e estado, sendo que o excedente é encaminhado ao mercado dos grandes centros consumidores.

Segundo o PIDSE (1990), no período analisado, Xanxerê apresentou bom desempenho na sua agricultura, principalmente quando comparada com o rendimento médio das culturas em nível de microrregião. Em quase todas as culturas, o município acompanha e até ultrapassa os índices de produtividade obtidos nos demais municípios.

Em relação aos produtos pecuários produzidos no município, a sua comercialização divide-se da seguinte forma: uma parte destina-se ao consumo local e microrregional, e o restante é exportado para outras regiões e estados.

Tabela 11: Produção pecuária e valor da produção em R\$ dos principais produtos do município de Xanxerê – 1975, 1980 e 1985.

| PRODUTO | Unidade | 1975 | | 1980 | | 1985 | |
|----------------|---------|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| | | Quant. Produzida ou efetivo total | V.P.* | Quant. Produzida ou efetivo total | V.P. | Quant. Produzida ou efetivo total | V.P. |
| Bovinos | Cabeças | 18.247 | 30.057.279 | 15.562 | 14.952.242 | 19.390 | 13.068.281 |
| Bufalinos | Cabeças | 450 | 868.102 | 375 | 360.668 | 545 | 591.858 |
| Muare | Cabeças | 212 | 209.610 | 170 | 98.102 | 59 | 12.235 |
| Eqüinos | Cabeças | 1.817 | 2.335.371 | 1.470 | 848.291 | 725 | 306.889 |
| Suínos | Cabeças | 51.104 | 21.246.739 | 64.737 | 15.042.745 | 41.400 | 11.131.107 |
| Caprinos | Cabeças | 579 | 114.692 | 700 | 52.513 | 660 | 155.484 |
| Ovinos | Cabeças | 915 | 226.418 | 1.050 | 92.908 | 780 | 187.600 |
| Coelhos | Cabeças | 108 | 1.977 | 450 | 8.656 | 830 | 11.725 |
| Aves | Cabeças | 384.813 | 4.169.459 | 1.118.891 | 6.458.267 | 906.300 | 2.185.439 |
| Leite | Mil/lts | 3.194 | 4.735.999 | 1.544 | 1.782.470 | 3.124 | 1.432.999 |
| Ovos | Mil/dzs | 710 | 3.511.956 | 1.512 | 2.617.104 | 2.850 | 3.632.202 |
| Mel | Kg | 248 | 1.977 | 750 | 4.713 | 1.280 | 8.157 |
| Cera de abelha | Kg | 20 | # | 60 | 577 | 210 | 1.529 |

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal de 1975, 1980 e 1985.

- Dado não disponível.

Nota: * VP = Valor da Produção – valores em reais corrigidos a preços de dezembro de 2006.

Na produção animal, Xanxerê se destaca na sua microrregião, com efetivo de aves, o de suínos e o de bovinos, onde o percentual de participação dentro da microrregião em 1985 ficou em 14,24% de bovinos, 16,73% de suínos e 16,84% de aves. Pode-se observar na Tabela 11 que a produção de suínos e aves foi maior em 1980. Podemos relacionar este dado a diminuição da população rural no período.

A instalação na região de vários frigoríficos e a difusão do sistema integrado de fomento, implantado pelas agroindústrias contribuiu para a expansão da pecuária e da avicultura. Essa expansão é confirmada através da análise do valor da pecuária e avicultura, em 1985 representavam juntas 84,49% do total.

Os principais produtos dessa atividade são os ovos e o leite, contribuem para que o município ocupe a terceira colocação na microrregião. O município é responsável por 23,40% da produção de leite em 1985 e 22,21% da produção de ovos.

Tabela 12: Participação no valor da produção (V.P.)* – 1970 e 1980.

| Período | Pecuária V.P. | Participação no valor total % | Lavouras V.P. | Participação no valor total % | Valor total V.P. |
|---------|------------------|----------------------------------|------------------|----------------------------------|---------------------|
| 1970 | 8.411.848 | 28 | 21.384.629 | 70 | 30.433.327 |
| 1980 | 99.803.020 | 67 | 48.475.044 | 33 | 148.961.505 |

Fonte: IBGE, Censos agropecuário de 1970 e 1980.

Nota: * VP = Valor da Produção – valores em reais corrigidos a preços de dezembro de 2006.

Verifica-se também um aumento bastante expressivo da participação da pecuária no valor da produção do setor primário. Conforme a Tabela 12, em 1970, a predominância era das lavouras, porém em 1980 este número inverte-se e a pecuária passa a ser responsável por 67% do valor total da produção do setor. Este dado enfatiza a importância das agroindústrias na economia municipal.

Xanxerê apresentou neste setor características específicas, o número de minifúndios diminuiu e aumentaram os considerados latifúndios, o tipo de lavoura se modificou, as temporárias ficaram com maior destaque, o que demonstra uma rotatividade maior de culturas. O setor aprimorou suas tecnologias e apostou em novos produtos e investiu mais na pecuária. A estrutura mudou do modelo minifundiário de subsistência para o modelo mercantil, onde a toda a produção é voltada para o comércio, não somente o excedente.

4.3.2 Secundário

Desde seu início, a industrialização do Oeste Catarinense esteve muito ligada às atividades primárias da economia. Os pioneiros inicialmente foram atraídos pela exploração da madeira farta, mas a característica da região, de solo e clima favoráveis, deu a eles a visão de um celeiro agrícola.

O ciclo da madeira foi muito importante para Xanxerê, pois foi através dele que por volta de 1938, uma serraria foi comprada por Frederico Umstadt e João Winckler, sendo esta movida à água. Mais tarde os sócios decidiram montar um gerador de 30HP, para mover a serraria, vendendo a sobra de energia para a população. Esta pequena usina era conhecida como “USINA DOS ALEMÃES” e trouxe uma nova fase de progresso para Xanxerê. E para atender a crescente demanda de energia, foi instalada uma segunda turbina de 150HP. No início dos anos 60, a usina foi vendida com as redes e a concessão, à Industrial de Papelão Chapecozinho Ltda, mais tarde denominada Hidrelétrica Xanxerê.

A estrutura industrial xanxerense formou-se a partir de setores primários como a madeira e a produção de erva-mate, e evoluiu para setores produtores de insumos básicos como a indústria de produtos alimentícios, metalúrgica, mecânica e mais tarde diversificando seu parque industrial com outras atividades industriais.

A Tabela 13 demonstra o número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos setores industriais do município de Xanxerê, no período entre 1960 e 1980.

Em 1960, Xanxerê contava com apenas 36 estabelecimentos industriais. De acordo com a Tabela 13, pode-se verificar que este número salta para 54 em 1970, isto significa um aumento de 50%. Porém o número de pessoal ocupado que era de 292 passa para 320, crescendo somente 9,59%. Pode-se dizer que neste período, ocorreu uma continuidade do processo de colonização, onde as pessoas que trabalhavam nas indústrias eram os próprios proprietários ou estes possuíam poucos funcionários.

Uma importante empresa que se instalou no município neste período foi a Mecânica Vanzim Ltda. Em 1963 a empresa iniciou seus serviços com o objetivo de dar assistência as mais de 200 serrarias que existia na microrregião, e também aos caminhões truques ou de reboque, que puxavam a madeira do mato.

Por volta de 1975, a Mecânica Vanzim passa a ser uma indústria voltada a fabricação de máquinas, tais como: engenho serra fita e máquinas para madeira, picadores, secadores, sapecadores e trituradores de erva-mate, serras fitas e circulares, carros pneumáticos, entre outros.

Tabela 13: Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos setores industriais do município de Xanxerê – 1960, 1970 e 1980.

| Gênero | 1960 | | 1970 | | 1980 | |
|---|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|
| | Nº Estab. | Pessoal | Nº Estab. | Pessoal | Nº Estab. | Pessoal |
| Produtos alimentares | 4 | # | 12 | 24 | 24 | 252 |
| Mecânica | - | # | 4 | 23 | 6 | 81 |
| Madeira | 21 | # | 15 | 119 | 15 | 246 |
| Metalurgia | - | # | 1 | (x) | 6 | 32 |
| Produtos de minerais não metálicos | 4 | # | 4 | 25 | 8 | 89 |
| Mobiliário | 3 | # | 8 | 79 | 6 | 40 |
| Editorial e gráfica | - | # | 4 | 15 | 3 | 28 |
| Material Elétrico e de Comunicações | - | # | 1 | (x) | 1 | (x) |
| Couro e peles e produtos similares | - | # | 1 | - | 1 | (x) |
| Têxtil | 1 | # | - | - | 1 | (x) |
| Material de Transporte | 2 | # | 2 | (x) | 4 | 108 |
| Vestuário, calçados e artefatos de tecido | - | # | 1 | (x) | 1 | (x) |
| Diversas | 1 | # | 1 | (x) | - | - |
| Total | 36 | 292 | 54 | 320 | 76 | 909 |

Fonte: IBGE, Censos Industrial de Santa Catarina de 1960, 1970 e 1980.

Dados não disponíveis

- O dado não existe

(x) Resultado omitido a fim de evitar a identificação do informante.

Nota: A soma total dos setores não é igual ao total geral, visto que estão selecionados apenas os setores de maior relevância em Xanxerê.

No período seguinte entre 1970 e 1980, o desenvolvimento foi bastante acentuado. Incentivado pelas políticas econômicas do governo federal, o parque industrial de Xanxerê obteve um aumento de cerca de 41% no número de empresas, passou de 54 estabelecimentos em 1970 para 76 em 1980, o que resultou num aumento de 184% no total de pessoal ocupado, sendo empregadas neste período mais de 589 pessoas.

Alguns condicionantes foram essenciais para o desenvolvimento do setor secundário neste período, além do espírito empreendedor dos seus habitantes:

- a integração rodoviária do oeste com as áreas litorâneas, através do asfaltamento do trecho da BR 116 (São Miguel do Oeste) e da BR 282, que se completou com a BR 470, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento das pessoas;

- melhorias parciais no sistema de telefonia e de fornecimento de energia elétrica (neste período havia no oeste catarinense sérios problemas na distribuição e transmissão de energia elétrica);

- viabilização de grande número de investimentos, através do financiamento à industrialização, e com sistema de incentivos fiscais.

Xanxerê aos poucos despontou na sua microrregião com o maior e mais desenvolvido parque fabril. Em 1985 contava com 83 estabelecimentos industriais, em segundo lugar estava o município de Xaxim com 54 estabelecimentos.

Nos períodos de 1960 a 1980, manteve-se a grande representatividade dos setores de madeira e produtos alimentares, além de se destacarem também os setores de mecânica, metalurgia, produtos de minerais não metálicos e material de transporte.

O grande destaque verificou-se no gênero de produtos alimentares, no período de 1970/1980 instalou-se o dobro de empresas no município e o número de pessoas ocupadas aumentou em mais de 10 vezes. A implantação de unidades agroindustriais no município consistiu no fator fundamental para que esta situação ocorresse, deram grande impulso ao setor e, conseqüentemente a economia municipal.

As agroindústrias estabelecidas na região deram início a formação dos complexos agroindustriais. O complexo agroindustrial se fundamenta numa exemplar simbiose entre lavoura, criação e industrialização (Mattos, 1986, p.154). Os setores interagem entre si. Através da produção de rações, se faz necessário o uso de milho e soja (importantes produtos agrícolas no município). Esta, por sua vez, servirá de base para uma alimentação adequada e economicamente viável para suínos e aves, que por sua vez abastecem uma rede de frigoríficos. Pode-se afirmar que a década de 70 marcou a transição de Santa Catarina para uma estrutura industrial mais madura (Mattos, 1986, p.163).

Também foi neste período, mas com maior evidência em 1980, que o setor secundário de Xanxerê, apresentou outros gêneros além daqueles tradicionais, o que tornou mais estável o setor a quaisquer variações econômicas. Um dos grandes destaques deste período foi o ramo metalúrgico, que passou de 1 (uma) empresa em 1970, para 6(seis) em 1980, empregando 32 pessoas.

Aos poucos a estrutura econômica do município foi se alterando, deixando de ser uma economia estritamente primária, passa a atuar em ramos mais dinâmicos como o setor secundário. Muitas empresas surgiram em função das atividades primárias, para atender as necessidades do segmento foi necessário se modernizar e abrir novos ramos de negócios.

Muitas dessas empresas existem até os dias de hoje, cada vez maiores e mais modernas. Podemos citar a Vanzin Industrial, que se instalou no município em 1973, atuava como loja de acessórios para veículos e fabricação de proteção de motor para carros. Em meados de 1975 iniciou-se a fabricação de escapamentos esportivos, mais tarde passou a produzir silenciosos, canos, tubos e abraçadeiras para automóveis, caminhões, máquinas agrícolas e utilitários. A empresa desde então têm investido em tecnologia e hoje parte de sua produção é destinada à exportação.

Outra destaque é o Grupo TRUKAM, fundada também em 1973, a empresa passou a ser, montadora de 3º eixo, basculante e mecânica pesada, reforma e consertos. Em 1977, a empresa passou a ser, montadora e distribuidora dos produtos Randon/Rodoviária S/A.

A empresa Vemate Ltda, foi fundada em 1980. No início de 1983 inicia-se uma nova fase de desenvolvimento da empresa, que tinha como objetivo inicial fornecer erva-mate cancheada para terceiros. Com aplicação de recursos em equipamentos industriais e modernização dos processos de fabricação a empresa conseguiu agilizar o processo industrial. A produção que era de 04 toneladas por dia, passou para 04 toneladas por hora. Além disso, o faturamento de 1985 cresceu 95 vezes comparando ao de 1982. Após considerar-se devidamente estruturada, a empresa passou a diversificar sua linha de produção, equipou-se para produzir e comercializar chás naturais.

Entre os anos de 1980 e 1985, o número de estabelecimentos aumentou em torno de 9%, mas o número de pessoas ocupadas apresentou um crescimento de aproximadamente 42%, o que se pode considerar bastante significativo levando-se em consideração que são dados de cinco anos (no censo industrial de 1985, não constam os dados por setores).

O crescimento industrial da Microrregião de Xanxerê ocorreu de maneira diferenciada. Pode-se verificar na Tabela 14, que a mesma apresenta crescimento no período de 1960 a 1980. Este crescimento está relacionado com o processo de colonização da microrregião e a fase de desenvolvimento na indústria em todo o estado. A grande diferença está no período entre 1980 e 1985, enquanto o município de Xanxerê apresentou crescimento tanto no número de empresas, quanto no número de pessoas ocupadas, na microrregião diminuiu o número de empresas, que passou de 330 para 292 e também de pessoal ocupado. Em Xanxerê entre 1980 e 1985 o número de empresas aumentou em mais de 9%, entretanto a microrregião registrou uma queda de 11,52% .

Tabela 14: Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos setores industriais da Microrregião de Xanxerê – 1960, 1970 e 1980.

| Gênero | 1960 | | 1970 | | 1980 | |
|---|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|
| | Nº Estab. | Pessoal | Nº Estab. | Pessoal | Nº Estab. | Pessoal |
| Produtos alimentares | 19 | # | 69 | 243 | 113 | 1118 |
| Mecânica | - | # | 4 | 23 | 10 | 81 |
| Madeira | 81 | # | 129 | 1658 | 121 | 2762 |
| Metalurgia | - | # | 2 | (x) | 10 | 32 |
| Produtos de minerais não metálicos | 10 | # | 14 | 35 | 23 | 206 |
| Mobiliário | 4 | # | 30 | 104 | 13 | 54 |
| Editorial e gráfica | - | # | 5 | 15 | 5 | 28 |
| Material Elétrico e de Comunicações | - | # | 1 | (x) | 1 | (x) |
| Couro e peles e produtos similares | - | # | 1 | - | 1 | (x) |
| Têxtil | 1 | # | 1 | (x) | 3 | (x) |
| Material de Transporte | 2 | # | 3 | (x) | 9 | 130 |
| Vestuário, calçados e artefatos de tecido | - | # | 1 | (x) | 2 | (x) |
| Química | - | # | - | - | 1 | (x) |
| Diversas | 4 | # | 5 | (x) | 18 | 44 |
| Total | 121 | # | 265 | 2316 | 330 | 4995 |

Fonte: IBGE, Censos Industrial de Santa Catarina de 1960, 1970 e 1980.

Dados não disponíveis

.- O dado não existe

(x) Resultado omitido a fim de evitar a identificação do informante.

Nota: A soma total dos setores não é igual ao total geral, visto que estão selecionados apenas os setores de maior relevância na Microrregião de Xanxerê.

Xanxerê apresentou melhores desempenhos no setor secundário comparando com a sua microrregião, demonstrou seu potencial como município pólo. Do total de pessoas ocupadas na microrregião no setor secundário, representava 13,81% em 1970 e esta participação passou para 18,19% e 26,41% respectivamente na década de 1980 e 1985. Com relação ao número de estabelecimentos a participação do município passou de 20,37% em 1970 para mais de 28% em 1985. Mesmo na década de 80, que foi considerada a década perdida, o município manteve seu crescimento.

A microrregião também apresentou crescimento no período analisado, porém Xanxerê manteve um crescimento continuado, atraindo novas empresas e gerando novos

empregos, fazendo com que ocorresse uma migração na microrregião, trabalhadores deixavam suas cidades de origem para buscarem novas oportunidades de emprego em Xanxerê.

Conforme o Censo Industrial, o Valor da Produção total do estabelecimento abrange o valor da produção total do estabelecimento, correspondendo ao valor da venda dos produtos fabricados, excluindo impostos, também as receitas de serviços de natureza industrial ou de acabamento, prestados a terceiros ou para outros estabelecimentos da mesma empresa, discriminando-se os itens de: valor dos produtos fabricados, receita de serviços industriais prestados a terceiros, receitas de serviços industriais prestados a estabelecimentos da mesma empresa.

O Valor da Transformação Industrial foi calculado subtraindo-se do valor da produção as importâncias despendidas com o emprego de matérias-primas e componentes, material de embalagem e acondicionamento, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica consumida e com o pagamento dos serviços contratados. Representa desta forma o valor que o trabalho industrial executado no estabelecimento acresce ao valor das matérias-primas, componentes e materiais consumidos na produção.

Nas Tabelas 15 e 16, verificamos os dados referentes ao valor da produção e valor da transformação industrial para o município de Xanxerê e sua microrregião. Nos censos industriais de 1960 e 1985 não constavam os dados por setor, somente o valor total, que será descrito no decorrer da análise. Para uma melhor análise os dados foram corrigidos em reais, usando o índice IGP-DI - Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, com base 2006, pois é um índice que ainda está em utilização e estava disponível desde o período da análise (1960 a 1990).

Através das tabelas 15 e 16 pode-se verificar, conforme visto anteriormente, que a microrregião destacava-se no setor secundário no período de 1970, quando a participação de Xanxerê de 9,57% do valor da produção e 9,93% do valor da transformação industrial. No período seguinte entre 1970 e 1980, quando ocorreu um aumento no número de empresas instaladas em Xanxerê superior ao da microrregião, refletiu-se esse aumento no valor da produção e no valor da transformação industrial, passando então o município a responder por 21,60% e 15,85% respectivamente.

Tabela 15: Valor da Produção (VP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) do Setor Secundário do município de Xanxerê – 1970 e 1980.

| GÊNERO | 1970 | | 1980 | |
|---|----------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|
| | VP* | VTI* | VP* | VTI* |
| | R\$ | | R\$ | |
| Produtos alimentares | 1.135.491,02 | 542.000,49 | 95.200.317,02 | 22.872.897,94 |
| Mecânica | 918.690,82 | 357.720,32 | 5.961.603,32 | 3.518.966,56 |
| Madeira | 7.867.137,06 | 3.932.213,53 | 14.150.885,21 | 7.552.390,11 |
| Metalurgia | (x) | (x) | 1.169.430,26 | 440.688,33 |
| Produtos de minerais não metálicos | 308.940,28 | 224.930,20 | 2.887.556,93 | 1.937.124,34 |
| Mobiliário | 2.439.002,19 | 766.930,69 | 1.273.302,68 | 862.333,39 |
| Editorial e gráfica | 176.150,16 | 102.980,09 | 1.049.688,45 | 558.218,05 |
| Material Elétrico e de Comunicações | (x) | (x) | - | - |
| Couro e peles e produtos similares | (x) | (x) | (x) | (x) |
| Têxtil | (x) | (x) | (x) | (x) |
| Material de Transporte | (x) | (x) | 6.710.254,13 | 3.243.031,42 |
| Vestuário, calçados e artefatos de tecido | (x) | (x) | (x) | (x) |
| Diversas | (x) | (x) | (x) | (x) |
| Total | 14.799.323,28 | 6.856.306,15 | 130.701.119,78 | 41.692.078,73 |

Fonte: IBGE, Censos Industrial de Santa Catarina de 1970 e 1980.

- Dados não disponíveis

(x) Resultado omitido a fim de evitar a identificação do informante.

Nota: A soma total dos setores não é igual ao total geral, visto que estão selecionados apenas os setores de maior relevância de Xanxerê.

*VP e VTI (valores em reais corrigidos).

Em 1985 essa participação aumenta ainda mais, a participação do município passa para 21,87% do valor da produção e 18,53% do valor da transformação industrial (no censo industrial de 1985, não constam os dados por setores).

O setor de maior participação no município em 1970 no valor da produção e valor da transformação industrial foi o da madeira com uma representatividade de 53% e 57% respectivamente. Em 1980 o destaque vai para as empresas de produtos alimentares, com cerca de 73% do valor da produção e 54% do valor da transformação industrial. Conclui-se que ocorreu uma grande inversão na estrutura do setor, a madeira deixa de ser o carro chefe do setor secundário, que agora passa a ser o setor de produtos alimentares. Conforme colocado anteriormente, grande parte desta alteração está condicionada a instalação das agroindústrias no município. Outro segmento que está relacionado ao desenvolvimento do

setor primário e aumentou sua participação foi o de material de transportes. Na década de 70 o número de empresas aumenta e sua participação no valor da transformação industrial chega a 7,78%.

Tabela 16: Valor da Produção (VP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) do Setor Secundário da Microrregião de Xanxerê – 1970 e 1980.

| GÊNERO | 1970 | | 1980 | |
|---|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | VP* | VTI* | VP* | VTI* |
| | R\$ | | R\$ | |
| Produtos alimentares | 28.333.075,43 | 5.487.754,93 | 335.840.385,37 | 88.438.223,66 |
| Mecânica | 918.690,82 | 357.720,32 | 5.961.603,32 | 3.518.966,56 |
| Madeira | 114.551.802,81 | 57.533.351,63 | 214.335.917,54 | 108.364.126,56 |
| Metalurgia | (x) | (x) | 1.169.430,26 | 440.688,33 |
| Produtos de minerais não metálicos | 452.570,41 | 363.140,33 | 5.776.556,54 | 3.912.142,88 |
| Mobiliário | 2.777.752,49 | 948.500,85 | 1.730.629,83 | 1.172.123,25 |
| Editorial e gráfica | 176.150,16 | 102.980,09 | 476.851,32 | 1.049.688,45 |
| Material Elétrico e de Comunicações | (x) | (x) | - | - |
| Couro e peles e produtos similares | (x) | (x) | (x) | (x) |
| Têxtil | (x) | (x) | (x) | (x) |
| Material de Transporte | (x) | (x) | 7.433.802,43 | 3.696.126,73 |
| Vestuário, calçados e artefatos de tecido | (x) | (x) | (x) | (x) |
| Química | - | - | - | - |
| Perfumarias, sabões e velas | - | - | - | - |
| Diversas | (x) | (x) | 753.844,43 | 473.773,62 |
| Total | 154.551.438,71 | 69.010.211,93 | 597.507.211,05 | 224.994.381,06 |

Fonte: IBGE, Censos Industrial de Santa Catarina de 1970 e 1980.

- Dados não disponíveis

(x) Resultado omitido a fim de evitar a identificação do informante.

Nota: A soma total dos setores não é igual ao total geral, visto que estão selecionados apenas os setores de maior relevância de Xanxerê.

*VP e VTI (valores em reais corrigidos).

Na microrregião verifica-se a mesma situação, porém o declínio da madeira foi menor, sendo responsável por 35,87% do valor da produção e 48,16% do valor da transformação industrial.

4.3.3 Terciário

A Tabela 17 aponta o número de estabelecimentos e o pessoal ocupado no setor terciário da microrregião e de Xanxerê, no período de 1960 a 1985.

O setor terciário baseia-se, principalmente, nos aspectos mais dinâmicos da atividade econômica, visto que ele é o responsável pela movimentação da riqueza e gerador do relacionamento entre os três setores. Sendo encadeamento de grande parte da infra-estrutura necessária para o bom desempenho das relações de trocas entre consumidores, empresas privadas e públicas.

Nos censos comerciais, os dados do comércio de mercadorias foram diferenciados conforme seu gênero, e podem ser classificados como comércio varejista ou atacadista, visto que estes dados abrangem as atividades de compra, venda, troca ou distribuição de mercadorias. Na Tabela 17 utiliza-se o número total de estabelecimentos e pessoal ocupado do comércio, ou seja, os dados do comércio varejista mais comércio atacadista.

Para o censo de serviços consideram-se estabelecimentos as unidades de produção e as unidades de apoio. A unidade de produção ou estabelecimento é o local onde se reúnem recursos materiais organizados para a prática de atividades econômicas. Consideram-se atividades de prestação de serviços os segmentos de: serviços de alojamento, serviços de reparação, serviços pessoais, serviços comerciais e serviços de diversão, radiodifusão e televisão. Os dados apresentados na Tabela 17 evidenciam a soma de todos estes segmentos, tanto para o número de estabelecimentos, quanto para o pessoal ocupado.

A partir dos dados da Tabela 17 observa-se que de 1960 a 1970 o crescimento do setor terciário do município de Xanxerê ficou abaixo do crescimento apresentado por sua microrregião, pois o município ainda apresentava tendência para o setor primário. Entre 1960 e 1970, o número de estabelecimentos do setor terciário em Xanxerê cresceu aproximadamente 29%, e na microrregião este crescimento foi de 134%.

No período de 1970 a 1980, Xanxerê obteve um crescimento maior no número de estabelecimentos, fator que está associado a chegada de novos migrantes vindos do Rio Grande do Sul que instalaram-se na área urbana e fundaram pequenos negócios comerciais e prestação de serviço dos mais variados tipos para atenderem o desenvolvimento do setor secundário e também do setor primário, porém foi a microrregião que empregou mais, apresentou um desempenho melhor no número de pessoal ocupado, tanto no subsetor de comércio, quanto no de serviços, mesmo assim Xanxerê era responsável em 1980, por 41,05% do total do pessoal ocupado no setor de terciário.

Tabela 17: Número de estabelecimentos e pessoal ocupado no setor terciário da Microrregião de Xanxerê e Município de Xanxerê – 1960, 1970, 1980 e 1985.

| REGIÃO | 1960 | | 1970 | | 1980 | | 1985 | |
|-----------------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Nº Estab. | Pessoal ocupado | Nº Estab. | Pessoal ocupado | Nº Estab. | Pessoal ocupado | Nº Estab. | Pessoal ocupado |
| XANXERÊ | | | | | | | | |
| Comércio | 79 | 168 | 126 | 517 | 200 | 1.210 | 281 | 1.716 |
| Prestação de serviços | 86 | 187 | 86 | 198 | 212 | 670 | 160 | 548 |
| TOTAL | 165 | 355 | 212 | 715 | 412 | 1.880 | 441 | 2264 |

| REGIÃO | 1960 | | 1970 | | 1980 | | 1985 | |
|--------------------------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Nº Estab. | Pessoal ocupado | Nº Estab. | Pessoal ocupado | Nº Estab. | Pessoal ocupado | Nº Estab. | Pessoal ocupado |
| MICRORREGIÃO DE XANXERÊ | | | | | | | | |
| Comércio | 159 | 359 | 413 | 998 | 624 | 2.772 | 785 | 3.471 |
| Prestação de serviços | 141 | 303 | 289 | 498 | 692 | 1807 | 483 | 1306 |
| TOTAL | 300 | 662 | 702 | 1496 | 1316 | 4579 | 1268 | 4777 |

Fonte: IBGE, Censos Comercial e Serviços de Santa Catarina de 1960, 1970, 1980 e 1985.

Observou-se neste período, uma inversão na representatividade dos subsetores em relação ao número de estabelecimentos, pois em 1970, o subsetor do comércio detinha 59% dos estabelecimentos do setor, e o subsetor de prestação de serviços 41%. Em 1980 o comércio perde representatividade, passou para 49% contra 51% dos estabelecimentos de prestação de serviços. O mesmo observou-se na microrregião que em 1970, possuía 59% dos estabelecimentos do setor terciário no comércio e 41% na prestação de serviços, em 1980 os números invertem, ficando o subsetor do comércio com 47% dos estabelecimentos e o subsetor de prestação de serviços com 53% do total de estabelecimentos.

Esta expansão do subsetor de prestação de serviços está relacionada com o desenvolvimento do setor primário, que em função de um maior grau de mecanização passa a necessitar de outros tipos de serviços como: venda, manutenção, instalação e reparação de máquinas e equipamentos agrícolas e de suporte a estas atividades.

O crescimento do parque industrial consistiu em outro fator que agregou muito no desenvolvimento do setor terciário, proporcionando ao município uma maior circulação de dinheiro e amenizando a forte dependência das safras agrícolas.

Foi no período de 1980 a 1985 que Xanxerê começou a destacar-se, enquanto a microrregião apresentava crescimento negativo no número de empresas do setor terciário de 3,65% e no total do pessoal ocupado um crescimento de apenas 4,32%, Xanxerê atingiu taxas de crescimento de aproximadamente 7% para o número total de empresas e cerca de 21% para o total de pessoas ocupadas. Neste período o destaque ficou com o subsetor do

comércio, passando a ser o subsetor mais representativo, no município e também na microrregião.

Durante o período de 1960 a 1970, Xanxerê detinha 55% do total de estabelecimentos da microrregião no setor terciário e 54% da mão-de-obra. Ao longo dos anos, o município vai perdendo representatividade, em 1970 sua participação cai para 30% no número de empresas e para 31% em 1980. O total de pessoal ocupado passa para 48% em 1970 e 41% em 1980. Este fato pode ser associado à transferência de mão-de obra para o setor secundário e aumento do número de estabelecimentos nos outros municípios, pois neste período o número de estabelecimentos em Xanxerê não diminuiu. Mas, em 1985, o município apresentou um crescimento, sua participação passa para 35% no total de empresas e 47% do pessoal ocupado. O que ocorreu neste período não foi um crescimento do município de Xanxerê e sim um crescimento negativo da microrregião. Nesta década a economia brasileira foi atingida por uma depressão econômica, em decorrência da grande recessão ocorrida a partir do choque do petróleo em 1979. Como colocado anteriormente foi o início da “década perdida”. Alguns estabelecimentos fecharam, mas mesmo diante da situação de recessão o setor ainda contratou neste período, aumentando o número de pessoal ocupado.

Apesar da microrregião apresentar, em alguns períodos, maiores índices de crescimento no setor terciário em relação a Xanxerê, pode-se considerar o município como destaque dentro da microrregião, em função principalmente da sua representatividade no total do setor. Enfatizando cada vez mais a sua importância como município pólo dentro da microrregião, oferecendo um comércio diversificado e prestação de serviço de boa qualidade.

4.4 Aspectos de infra-estrutura

A velocidade das transformações, própria dos dias atuais chega a assustar. Raros são os campos da atividade humana que não estão sendo submetidos a bruscos processos de mudança. Conceitos e ensinamentos no campo tecnológico, administrativo, econômico, social e político, que prevaleciam durante toda uma geração, tornam-se hoje freqüentemente obsoletos em questão de pouco tempo (MATTOS, 1986, p.43).

É necessário conhecer as cidades, mais especificamente as condições de vida das populações. Não se pode analisar as condições de uma cidade em um determinado momento, mas sim através da sua evolução no tempo, verificando a melhoria ou deterioração das condições sociais dessa população. Serão analisados a seguir alguns indicadores sociais do município de Xanxerê, a fim de verificar se ocorreram melhorias na infra-estrutura do município.

4.4.1 Energia

A distribuição de energia elétrica em Xanxerê é feita pela Hidrelétrica Xanxerê Ltda, que por sua vez compra energia elétrica da CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Tabela 18: Relação entre o total de domicílios e de domicílios com iluminação elétrica no município de Xanxerê no período de 1960, 1970, 1980 e 1991.

| ANO | TOTAL DE DOMICÍLIOS | NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA | TOTAL DE DOMICÍLIOS/ DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA (%) |
|------|---------------------|--|--|
| 1960 | 2856 | 550 | 19,26 |
| 1970 | 4276 | 1.724 | 40,32 |
| 1980 | 6063 | 4.332 | 71,45 |
| 1991 | 9190 | 8.382 | 91,21 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de Santa Catarina de 1960, 1970, 1980 e 1991.

A subestação supridora de energia elétrica está localizada no próprio município e sua capacidade transformadora é de 26,67 MVA (Megavolt Amper). Em 1989, 93% da

capacidade de fornecimento de energia elétrica da subestação era consumido, restando uma margem de 1,87 MVA para ampliação.

Com análise da Tabela 18, verificou-se que do período de 1960 a 1991, a proporção de domicílios servidos com iluminação elétrica avançou satisfatoriamente, passando de 19,26% para 91,21% dos domicílios atendidos. Demonstra assim que durante o período ocorreram investimentos no setor energético no município. A proporção de domicílios com energia na microrregião cai para 86,45%.

Segundo o Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico – PIDSE - Xanxerê (1990), na época, a capacidade de fornecimento de energia elétrica estava no seu limite e não havia nenhuma previsão de expansão. Para o período as condições atuais eram satisfatórias, porém era aconselhado a possíveis investidores que consultassem a CELESC sobre a possibilidade de fornecimento de energia, caso o empreendimento necessitasse de um maior consumo de energia elétrica, existindo a possibilidade do investidor não poder se instalar no município.

4.4.2 Água

De acordo com o PIDSE (1990), em 1989 o município contava com 04 (quatro) reservatórios de água com capacidade total de 2.200 m³. Todo o tratamento e abastecimento de água eram realizados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

O município contava com rede de 97.974 metros de extensão, que atendia em 1989 a 4.588 ligações, com vazão de 60 litros por segundo.

Tabela 19: Relação entre o total de domicílios e de domicílios com água da rede geral no município de Xanxerê no período de 1960, 1970, 1980 e 1991.

| ANO | TOTAL DE DOMICÍLIOS | NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ÁGUA DA REDE GERAL | TOTAL DE DOMICÍLIOS/ DOMICÍLIOS COM ÁGUA DA REDE GERAL (%) |
|------|---------------------|---|--|
| 1960 | 2856 | 13 | 0,46 |
| 1970 | 4276 | 16 | 0,37 |
| 1980 | 6063 | 1.596 | 26,32 |
| 1991 | 9190 | 4.605 | 50,11 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de Santa Catarina de 1960, 1970, 1980 e 1991.

Apesar dos avanços, o quadro para os serviços de água não foi tão favorável. Em 1991, aproximadamente 50% dos domicílios não tinham instalação de água da rede geral. Na microrregião este quadro é ainda mais desfavorável, em 1991 somente 41,06% dos domicílios possuíam instalação de água.

Feita a comparação entre o total de domicílios e o número de domicílios servidos por água potável, constatou-se a existência de 4.585 domicílios que não eram atendidos por água tratada da CASAN, caracterizando uma nítida carência de ampliação no sistema de água no setor urbano.

Quanto ao esgoto, o município de Xanxerê possuiu rede de captação, mas sem tratamento dos efluentes.

4.4.3 Turismo

O turismo tem recebido a missão de gerar novos empregos, divisas, desenvolvimento regional e diminuir as desigualdades sociais. No estado de Santa Catarina apesar desta atividade ter um grande potencial para fomentar o desenvolvimento sócio-econômico, muitos municípios catarinenses ainda não despertaram para esta importante fonte de renda e emprego.

Este potencial poderia ser mais bem explorado, pois Xanxerê possui várias atrações turísticas que, somadas as da região, se constituiriam em mais um pólo turístico do estado de Santa Catarina.

As atrações turísticas de Xanxerê são:

***Casata S.Manella**

È o principal ponto de atração turística da cidade. Formada por duas grandes quedas d'água, localizada nas águas do Rio Chapecozinho.

***Praça Tiradentes**

È o cartão postal da cidade, considerada a praça melhor e mais arborizada da região.

***Igreja do Senhor Bom Jesus**

Inaugurada em 23 de novembro de 1969.

***Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi**

Localizado às margens da BR 282, tem área de 200 mil m² e sedia a Festa Estadual do Milho (FEMI), uma das maiores e melhores expofeiras do sul do país. AFEMI é realizada de dois em dois anos e mostra a potencialidade do município e região nos mais diversos setores da economia.

4.4.4 Telefonia

Segundo informações do PISDE (1990), o serviço de telefonia era realizado no município através da TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina S.A., dispondo em 1989 de 1.600 terminais.

Tabela 20: Número de domicílios com telefone em 1980,1989 e 1991.

| ANO | NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM TELEFONE |
|------|-----------------------------------|
| 1980 | 623 |
| 1989 | 1.600 |
| 1991 | 1.725 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de Santa Catarina de 1960, 1970, 1980 e 1991.

De acordo com a Prefeitura Municipal, não havia disponibilidade em número de terminais em 1989, porém existia um plano de expansão para maio de 1990, que aumentaria o quadro em mais 1.000 terminais. Através da Tabela 20, verifica-se que entre 1989 e 1991 o quadro aumentou em 125 domicílios com telefone.

Em 1991, a proporção entre o número total de domicílios, que era de 9.190 e o número de domicílios com telefone era de 18,77%, que podemos considerar uma relação baixa.

4.4.5 Transportes

O município de Xanxerê conta com 1.200 Km de estradas municipais e estaduais, servidas por três importantes rodovias. A BR 282 que liga o extremo Oeste à Capital do

Estado, a SC 467 que liga o Paraná à Santa Catarina e a SC 466 que liga Xanxerê a Xavantina.

O sistema de transportes assume importância relevante, pois é através dele que é distribuída e escoada toda produção, além de facilitar a locomoção da população, por isso a necessidade de existir um bom número de vias de acesso com conservação permanente por parte do poder público.

As principais linhas de passageiros que servem ao município e suas respectivas empresas são:

- UNESUL (Paraná e Rio Grande do Sul);
- Reunidas (Santa Catarina, São Paulo e Paraná);
- Catani (Paraná);
- Catarinense (Santa Catarina, São Paulo e Paraná).

Em relação ao transporte coletivo municipal Xanxerê conta com apenas uma empresa, o que torna o transporte coletivo ineficiente. Falta integração entre os bairros, os abrigos são de baixa qualidade, ônibus lotados, sem segurança, alguns em péssimo estado de conservação e horários mal elaborados, além do preço da passagem ser considerado alto para o nível de renda da população.

Xanxerê possui um aeroporto municipal, que é utilizado somente por aviões de pequeno porte.

CONCLUSÃO

Durante o decorrer deste estudo, procurou-se analisar o processo de evolução histórica e econômica do município de Xanxerê, durante o período de 1960 a 1990.

O processo de colonização do oeste catarinense começou a partir de 1920, e a colonização do município acompanhou este movimento, sendo colonizado por colonos gaúchos, descendentes dos primeiros imigrantes italianos e alemães que colonizaram a serra gaúcha, condicionante que contribuiu para o seu desenvolvimento. Eram considerados desbravadores e possuíam algum conhecimento das técnicas industriais, além da visão empreendedora e muita vontade de trabalhar e crescer economicamente.

Em relação ao município de Xanxerê, observou-se neste estudo que, no período analisado, deixou de ter uma população essencialmente rural, para ter um aumento significativo da população urbana, em nível maior principalmente que o restante dos municípios da sua microrregião. Esta alteração levou a uma mudança na sua economia, desenvolvendo também os setores secundários e terciários, já que houve uma transferência de mão-de-obra da zona rural para a zona urbana. Apresentando estes setores mais desenvolvidos que o restante dos municípios, Xanxerê adquiriu uma vida urbana bastante complexa, destacando-se assim dentro da sua microrregião.

A população economicamente ativa apresentou crescimento no decorrer do período, com maior intensidade no setor secundário e terciário, demonstrou-se assim a ocorrência de alterações na estrutura econômica do município, onde o setor primário diminuiu a sua população economicamente ativa, em função principalmente da modernização do campo, desenvolvimento dos outros setores e alterações na estrutura populacional.

A análise apontou que em Xanxerê o setor primário era voltado principalmente para a extração de erva-mate e madeira. Com uma colonização mais efetiva, caracterizou-se pela predominância de pequenas unidades familiares, com agropecuária diversificada. Mais tarde ocorrem a incorporação de muitos minifúndios por propriedades maiores, alterando também a utilização das áreas agrícolas, que passaram a ser principalmente de lavouras temporárias, produzindo também para a venda de excedentes em grande quantidade.

As agroindústrias foram fundamentais para a expansão da pecuária e da avicultura, que passaram a possuir um valor da produção mais representativo no município que o valor da produção das lavouras.

O setor secundário, que antes era formado, sobretudo, por empresas do setor madeireiro, evoluiu para outros setores produtores de insumos básicos, como a indústria de produtos alimentícios, metalúrgica, mecânica e mais tarde diversificou seu parque industrial com outras atividades industriais. A implantação de unidades agroindustriais no município contribuiu para a formação de um complexo agroindustrial, fortalecendo a economia e impulsionando o desenvolvimento do município. A agroindústria pode ser vista como um dos melhores caminhos para enriquecer a agricultura, fixar o homem no campo e fornecer uma base competitiva para o setor industrial. Aos poucos a estrutura econômica do município foi se alterando, deixando de ser uma economia essencialmente primária e passando a atuar em ramos mais dinâmicos como o setor secundário.

Verificou-se também que, durante a colonização, muitos migrantes instalaram-se na área urbana e fundaram pequenos negócios comerciais e de prestação de serviços. Mas foi o desenvolvimento do setor primário e secundário que impulsionou o setor terciário.

Apesar de algumas variáveis terem apresentado um crescimento positivo, Xanxerê não se sobressaiu em alguns aspectos de infra-estrutura.

Sobre a energia elétrica, as melhorias começaram a ocorrer a partir da década de 80. No que se refere ao abastecimento de água, pode-se verificar que foi muito precário, durante todo o período analisado. Telefonia, turismo e transportes também não apresentaram uma evolução muito favorável à condição do município dentro da sua microrregião.

Conclui-se que apesar dos muitos obstáculos que certamente o povo xanxerense enfrentou, o município conseguiu destacar-se principalmente na sua microrregião. Apresentou crescimento e desenvolvimento nos setores econômicos, crescimento da sua população. Através da análise pode-se dizer que é possível o desenvolvimento sem a absurda e indiscriminada explosão urbana, de que é admissível a convivência com o minifúndio e de que é possível dentro de um mesmo contexto, a união da agricultura e da indústria.

REFERÊNCIAS

ALVES, Pedro Assumpção. **O movimento demográfico do oeste catarinense: um estudo sobre os determinantes econômicos da migração.** 2006. 83f. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento.** 4. ed. Recife: Editorial Grijalbo, 1977. 135 p.

BORDINHÃO, Osvaldo. **Nossa história, nossa gente.** 1. ed. Chapecó: Gráfica Royal, 1996. 322 p.

CASA DA CULTURA MARIA ROSA. **Projeto de resgate histórico do Município de Xanxerê.** Xanxerê, 1994.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil.** Florianópolis: Paralelo 27, 1992. 296 p.

_____. **Aglomerados industriais de economias em desenvolvimento: classificação e caracterização.** Florianópolis: Edeme, 2003, 132 p.

DE LUCA, Francisco Javier. **Modelo cluster eco-industrial de desenvolvimento regional: o pólo da mineração do carvão no sul de Santa Catarina.** 2001. 155p. Tese (Doutor em Engenharia de Produção, Gestão da Qualidade Ambiental). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** Texto para discussão, nº159. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FAUSTA, José Carlos. **Uma análise do subdesenvolvimento do município de São Pedro de Alcântara.** 2000. 60f. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 504 p.

HADDAD, Paulo Roberto (editor). **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1975. 206p.

IBGE. **Censo agrícola de Santa Catarina**. Santa Catarina: IBGE, 1960.

IBGE. **Censo agropecuário de Santa Catarina**. Santa Catarina: IBGE, 1970; 1980; 1985.

IBGE. **Censo comercial e de serviços de Santa Catarina**. Santa Catarina: IBGE, 1960; 1970; 1980; 1985.

IBGE. **Censo demográfico de Santa Catarina**. Santa Catarina: IBGE, 1960; 1970; 1980; 1991.

IBGE. **Censo industrial de Santa Catarina**. Santa Catarina: IBGE, 1960; 1970; 1980.

IBGE. **Produção agrícola municipal**. Santa Catarina. IBGE, 1975; 1980; 1985; 1990.

IBGE. **Produção pecuária municipal**. Santa Catarina. IBGE, 1975; 1980; 1985.

LOCH, Carlos, *et al.* **A definição da unidade territorial regional para fins cadastrais (CTMR) em Santa Catarina**. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, 2000, Florianópolis. Disponível em http://www.geodesia.ufsc.br/geodesia-online/arquivo/cobrac_2000/058/058.htm/. Acesso em novembro de 2006.

LUZZI, Marlene Aparecida. **Desenvolvimento sócio-econômico à base agrícola: Friburgo – SC e a produção de maçã na década de 90**. 2002. 69f. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina: nova dimensão**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1973. 448 p.

_____. **Santa Catarina, tempos de angústia e esperança: subsídios para um programa de governo**. 2. ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1986. 200 p.

MOREIRA, Morvan de Mello. **O multiplicador de empregos: projeto de estudos para cidades pequenas**. Texto para discussão, nº04. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1974.

MÜLLER, Marcos. **Área Industrial de São José (SC): enclave ou foco de dinamização econômica regional?** 1998. 47f. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Tradução de José Lebre de Freitas. Título original: L`économie du Xxe siècle. 2. ed. Lisboa: Herder, 1967.

PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. 3. ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1989. 168 p.

PIDSE (Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio Econômico). **Diagnóstico Municipal de Xanxerê**. SEPLAN, SEICT, CEAG/SC, 1990. 34 p.

PRIM, Lorena de Fátima. **Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania – o Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense**. 1996. 155f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional. Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 419 p.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTA CATARINA. Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960)**. Florianópolis: CEAG/SC, 1980. 206 p.

SANTOS, Gustavo Antonio Galvão dos, *et al.* **Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais**. 2004. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminário/apl.pdf/>. Acesso em novembro de 2006.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Introdução de Rubens Vaz da Costa; tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas) 169p.

SEBRAE. **Arranjos Produtivos Locais**. Disponível em http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjos_produtivos_locais.asp/. Acesso em novembro de 2006.

SECRETARIA DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL. Disponível em http://www.sc.gov.br/conteúdo/santa_catarina/geografia/páginas/mapas.htm. Acesso em novembro de 2006.

SILVA, Etienne Luiz. **O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina.** 1978. 155p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e crise.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 162p.

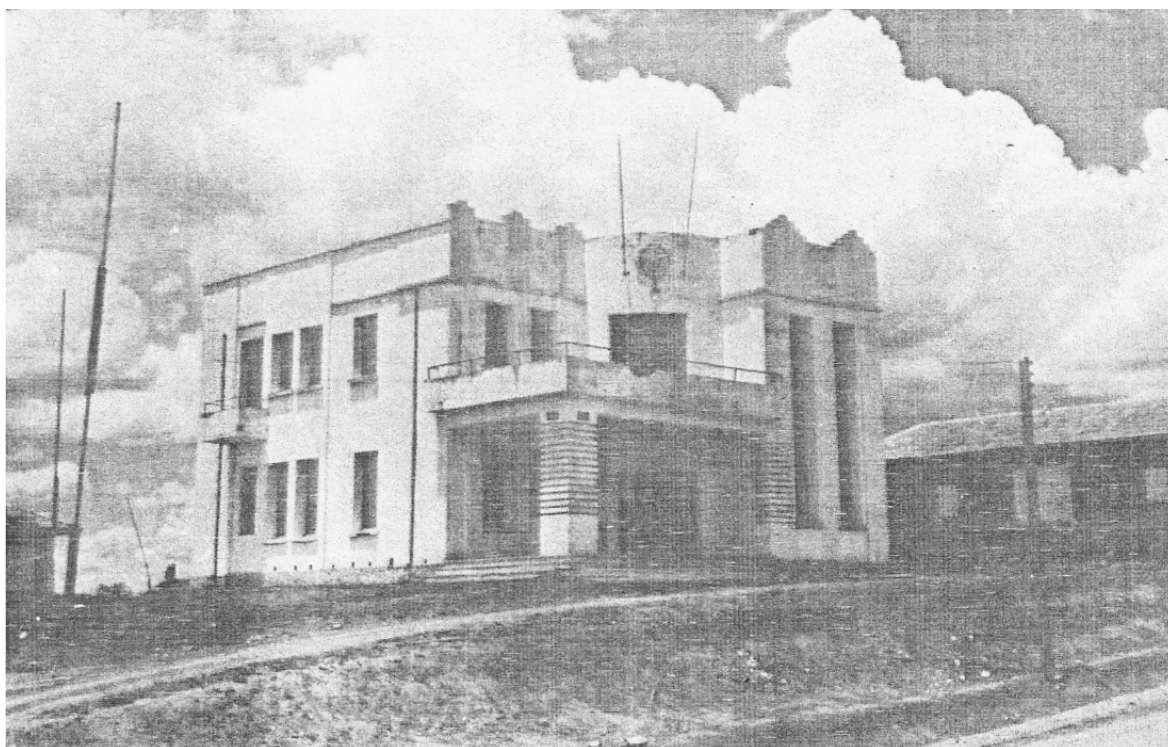
SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 415 p.

ANEXOS



Fonte: Casa da Cultura Maria Rosa, 1994, p. 27

Figura A: Vista do centro da cidade na emancipação em 1954.



Fonte: Casa da Cultura Maria Rosa, 1994, p. 28

Figura B: Prefeitura Municipal em 1958.



Fonte: Casa da Cultura Maria Rosa, 1994, p. 27
Figura C: Vista do centro do município em 1959.



Fonte: Casa da Cultura Maria Rosa, 1994, p. 27
Figura D: Vista parcial do município em 1986.



Figura E: Praça central nos dias atuais.



Figura F: O município nos dias de hoje.



Figura G: Igreja Matriz